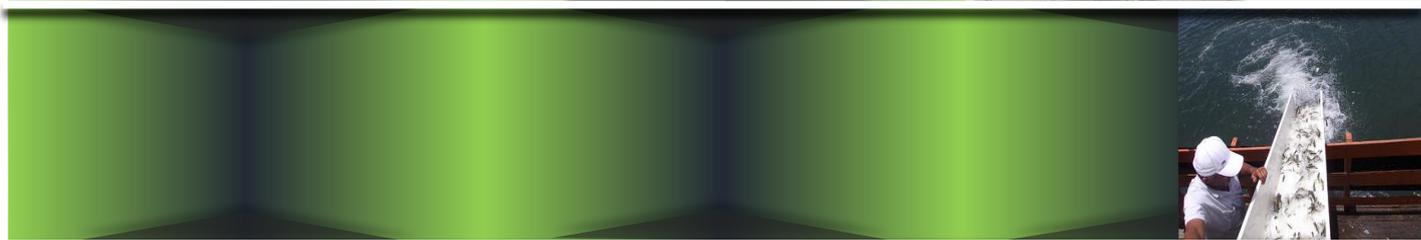
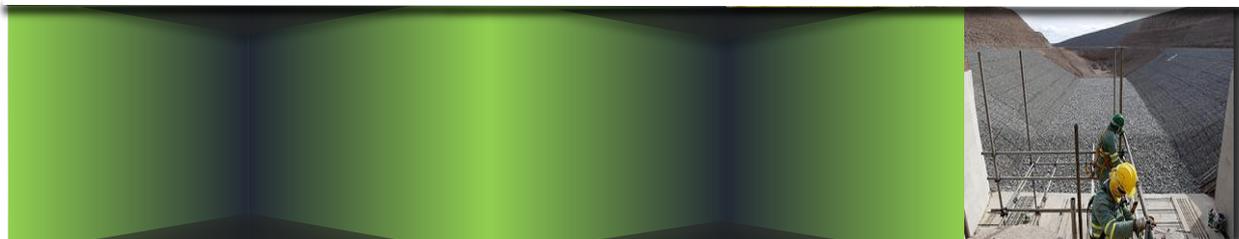
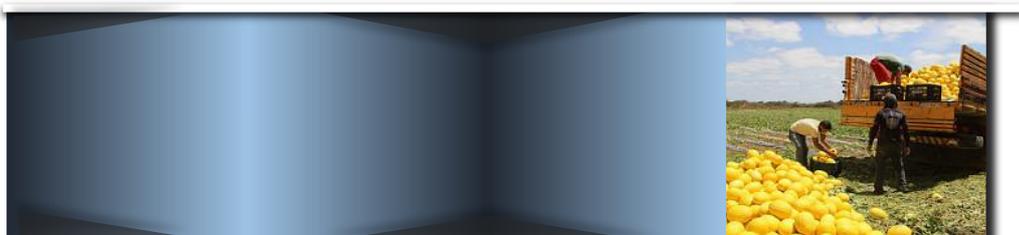




Ministério da Integração Nacional -MI
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

Relatório da Administração 2016



Sumário

Mensagem da Presidente	2
1. Perfil da Empresa	4
2. Posição Acionária	6
3. Desempenho Econômico-Financeiro.....	7
4. Desempenho dos Negócios.....	10
5. Análise do Ambiente Econômico Geral e Setorial	16
6. Expansão da Área de Atuação.....	17
7. Gestão	18
8. Funções Corporativas.....	26
9. Prêmios e Reconhecimentos.....	29
10. Perspectivas e Planos para o Exercício em Curso e os Futuros.....	30
11. Auditores Independentes	33
12. Análise Financeira	33
13. Agradecimentos	33

A Diretoria Executiva da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, acompanhado dos pareceres dos Auditores Internos, Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, das notas explicativas, assim como de um sumário das principais atividades da Empresa ao longo do ano.

Mensagem da Presidente

A redução das desigualdades regionais é um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, como descrito na Constituição de 1988, orientação que vem sendo adotada como eixo central da estratégia de desenvolvimento do País.

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) é expressão da prioridade efetiva do tema e vem sendo implementada para que se possam obter resultados efetivos na questão regional. Esse importante instrumento tem o Ministério da Integração Nacional como o seu principal viabilizador, tendo o duplo propósito de reduzir as desigualdades regionais e de ativar os potenciais de desenvolvimento das regiões brasileiras.

A Codevasf desenvolve, por meio de execução direta ou mediante parcerias firmadas com diferentes entes federativos, iniciativas materializadas na forma de obras e ações voltadas ao desenvolvimento regional na implantação de perímetros de irrigação; na revitalização de bacias hidrográficas; na oferta de água para consumo humano e animal; nos arranjos produtivos e nas obras de infraestrutura hídrica.

Não obstante a quase totalidade dos municípios situados na região em que a Empresa atua vir apresentando índices de crescimento superior à média nacional, muitos ainda contam com os piores indicadores socioeconômicos do país. Essa situação tende a ser mais grave nas áreas rurais e no sertão nordestino, que vem vivenciando um período de seca sem precedentes pelo quinto ano consecutivo. Em tempos de estiagem impiedosa, com a seca mais longa da história (em dezembro de 2016, eram quase 140 açudes completamente vazios), o projeto de Integração do rio São Francisco não pode ser apresentado à população brasileira como a única alternativa de dessedentação para as comunidades e espécies animais que vivem na região castigada pela crise hídrica.

O Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas constitui importante instrumento de melhoria da qualidade de vida das populações e de preservação ambiental. As ações objetivam, principalmente, expandir a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento em áreas urbanas e de contenção de processos erosivos.

No exercício de 2016 foram concluídas 4 obras de esgoto, 617 ligações intradomiciliares e 3 intervenções de contenção de processo erosivos, que beneficia diretamente ou indiretamente mais de 426 mil pessoas.

Em agosto de 2016, foi lançado o Plano Novo Chico pelo Governo Federal, que integra o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e irá priorizar o término de obras de abastecimento de água e de esgotamento sanitário que estão em andamento. A Empresa seguirá executando sistemas de abastecimento de água e também vai atuar de forma mais específica com ações de requalificação ambiental em áreas prioritárias de recarga, com especial atenção às nascentes.

Cabe destacar que investimentos em saneamento *possibilitam economia na proporção de quatro vezes mais em custos de saúde*, conforme estimativas utilizadas pela Organização Mundial de Saúde – OMS/ONU¹.

O Programa “Água para Todos” visa promover a universalização do acesso à água em áreas rurais, tanto para consumo humano como para produção agrícola, beneficiando, principalmente, as famílias inscritas no Cadastro Único do Programa Bolsa Família.

Desde 2012, as ações desse Programa permitiram beneficiar mais de 230 mil pessoas. Em 2016, foram concluídas obras de tecnologias sociais diversas, permitindo beneficiar 5.406 pessoas da região Nordeste. No ano foram pagos R\$ 203,5 milhões, sendo que a maior parte referem-se a dívidas de anos anteriores.

No tocante à Agricultura Irrigada, foi dado continuidade às obras de revitalização, modernização e implantação da infraestrutura dos projetos públicos de irrigação, viabilizando a manutenção e a geração de milhares de empregos diretos e indiretos. Busca-se, ainda, com os investimentos na modernização dos perímetros já existentes, a tão almejada emancipação dos empreendimentos em favor dos Distritos de Irrigação.

Na aquicultura, a operação de 7 (sete) centros integrados de recursos pesqueiros e aquicultura, resultou na produção anual de mais de 12 milhões de alevinos. Estima-se que 5 (cinco) mil pessoas são beneficiadas, entre produtores, pescadores, acadêmicos, estudantes, comerciantes e técnicos, em cerca de 120 municípios, tanto pelos peixamentos realizados, como pelos cursos, capacitações, apoio e assistência técnica aos pequenos produtores e às associações.

Na temática de infraestrutura hídrica e em especial para com a operação do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional - PISF na forma do Decreto nº 8.207, a Codevasf vem desenvolvendo inúmeras atividades relacionadas à estruturação dos artefatos de gestão do empreendimento e também do dimensionamento e

¹ OMS: Para cada dólar investido em água e saneamento, economiza-se 4,3 dólares em saúde global.

contratação dos serviços de operação e manutenção das estruturas dessa grande obra.

Destaca-se ainda a edição da Lei nº 13.303/2016, denominada Lei de Responsabilidade das Estatais. A norma veio com o propósito de conferir às empresas públicas maior credibilidade à administração da coisa pública, com foco primordial na implementação das melhores práticas de governança.

Na prática a Codevasf deverá implementar estruturas de Comitê de Auditoria, Gestão de Riscos, Controle Interno e Integridade. Deverá ainda definir métricas de desempenho dos conselheiros, revisar a forma atual de atuação dos administradores e definir treinamentos. As novas regras de governança não poderão apenas serem definidas em nível documental, estatutário. Deverão alcançar o nível de controle da própria empresa. Exigirão a revisão do atual modelo de governança como princípio, mas poderão exigir o redesenho de áreas e processos impactados, e a definição de novos modelos de gestão de riscos e de controles internos, a adequação de práticas contábeis, o mapeamento de controles contábeis e financeiros, para que seja possível identificar as lacunas e deficiências do atual modelo para o modelo ideal em cumprimento à lei.

Serão impositivas mudanças na macroestrutura jurídica da empresa, tais como: elaboração de carta anual, contendo a explicação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas; a divulgação das informações relevantes relativas às atividades desenvolvidas, as estruturas de controles, fatores de risco, dados econômico-financeiros, comentários dos administradores sobre desempenho, políticas de governança corporativa e a descrição da composição e da

remuneração da administração; elaboração e divulgação da política de transações com partes relacionadas, em conformidade com os requisitos de competitividade, código de conduta e integridade, conformidade, transparência, equidade e comutatividade.

Em atendimento ao estabelecido na Lei das Estatais foi aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, no final do ano de 2016, o Planejamento Estratégico da Codevasf para o período de 2017 a 2021

A Lei das Estatais comunica-se com a lei anticorrupção e com a lei de improbidade administrativa. O desafio para a direção na busca da implementação das medidas e na internalização do corpo funcional e do novo direcionamento que foi posto é imenso, ademais, as consequências pela inadequação resultarão em exposição dos administradores e já se encontram em curso os prazos estabelecidos para implementação das medidas preconizadas nos normativos legais.

O portfólio de desafios que se interpõem à liderança executiva da Empresa, constitui oportunidade sem igual para transpor barreiras culturais e desenhar uma nova Codevasf capaz de ouvir e responder ao clamor das classes menos favorecidas situadas em sua área de atuação.

Kênia R. Ansenko Marcelino
Presidente

1. Perfil da Empresa

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf ao longo dos seus quarenta e dois anos de existência se notabilizou, principalmente, por sua capacidade em impulsionar a agricultura irrigada no Vale do São Francisco e, assim, contribuir para o desenvolvimento econômico do Nordeste. Como prova do reconhecimento da sua competência, nos últimos dez anos a Codevasf passou a ser demandada para atuar em diversos outros segmentos, tais como: revitalização de bacias hidrográficas, oferta de água para consumo humano e ações de inclusão produtiva, e ampliação da sua área de atuação para os vales dos rios Parnaíba, Mearim e Itapecuru.

Mais adiante, em 2014, a Empresa foi designada para exercer a função de Operadora Federal do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF, por meio do Decreto nº 8.207, de 13 de março de 2014.

A Companhia, criada em 1974, por meio da Lei nº 6.088, tinha sua área de atuação restrita ao Vale do São Francisco, compreendendo os estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Goiás e Distrito Federal. A partir do ano de 2000, ocorreram sucessivas ampliações da área de atuação da Empresa, passando a exercer atividades na bacia hidrográfica do Parnaíba (Piauí, Maranhão e Ceará) e nas bacias dos rios Itapecuru e Mearim, localizadas no Maranhão. O território de atuação da Codevasf passou dos 619 mil km² iniciais para 1,09 milhão de km², abrangendo 13% do território nacional.

A sua missão é desenvolver bacias hidrográficas de forma integrada e sustentável contribuindo para a redução das desigualdades regionais.

As diversas parcerias firmadas pela Codevasf com vários segmentos da sociedade e do setor público são de fundamental importância para alcançar o êxito nos seus objetivos.

As figuras abaixo representam as estruturas orgânicas representativas da sede da Empresa e de suas Superintendências Regionais modeladas para viabilizar a execução dos diferentes processos de trabalho idealizados para cumprimento de sua missão e segundo diferentes linhas de negócio estabelecidas:

Figura I - Estrutura Organizacional da Sede

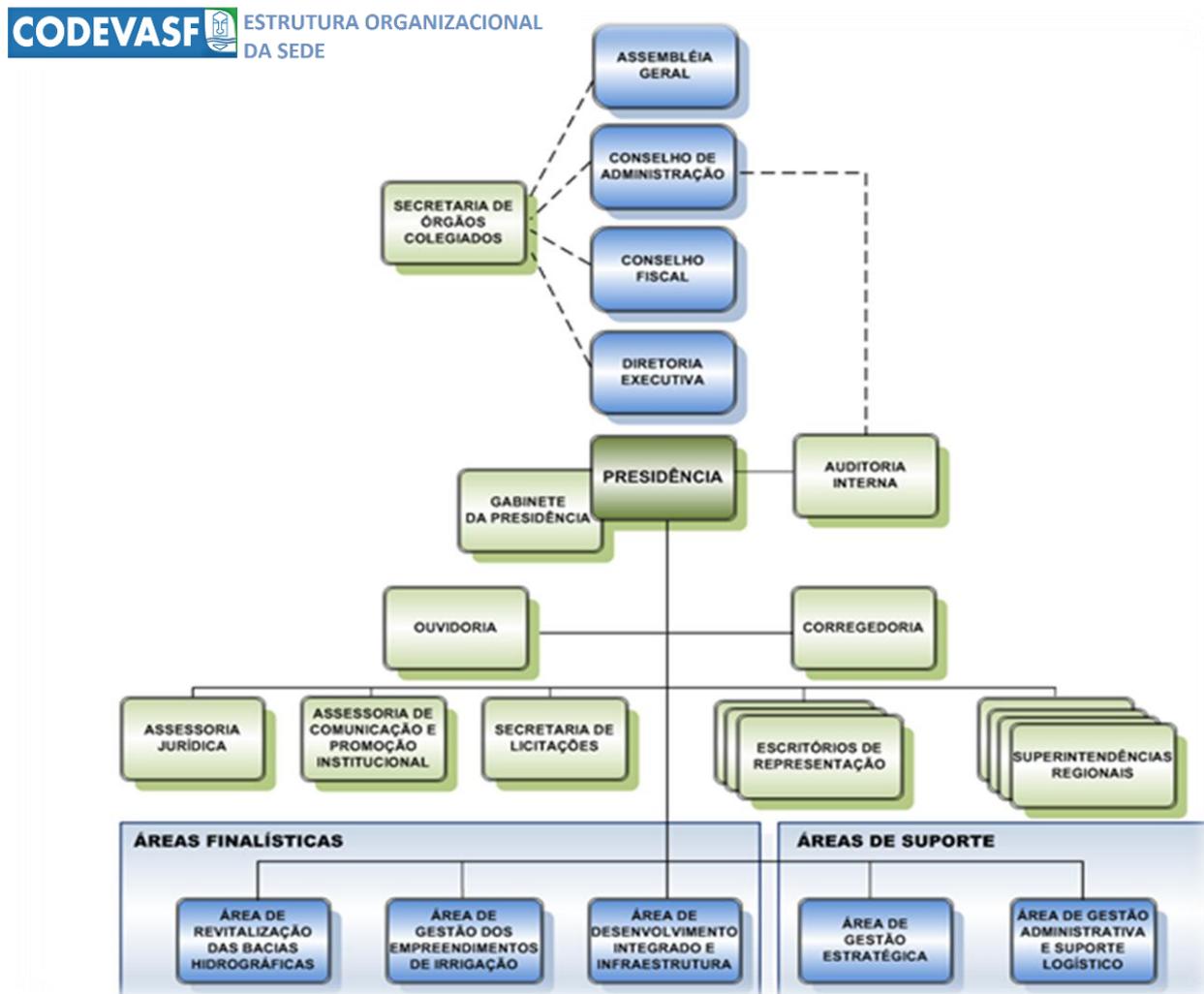
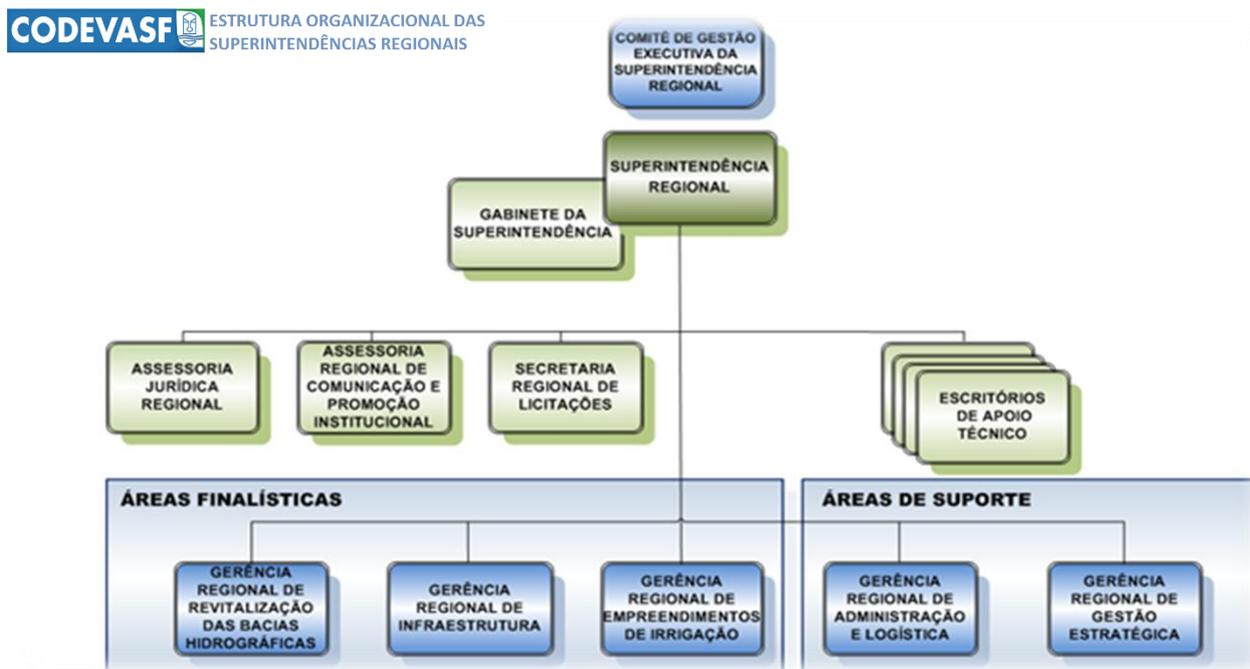


Figura II - Estrutura Organizacional das Superintendências Regionais



1.1 Negócios da Empresa

Orientada pelos objetivos estratégicos do Ministério da Integração Nacional - MI e em consonância com o Plano Plurianual 2016/2019 e pelos regulamentos a ela instituídos, a Codevasf atua em diversos segmentos utilizando-se de instrumentos apropriados que conduzem ao desenvolvimento socioeconômico das regiões mais pobres do País, em especial a semiárida. Essa atuação acontece por meio de ações que contribuem para o desenvolvimento da agricultura irrigada, revitalização das bacias hidrográficas e mitigação dos efeitos da estiagem com a oferta de água para consumo humano e animal, proporcionando melhores condições de vida da população com a redução das desigualdades inter e intra-regionais.

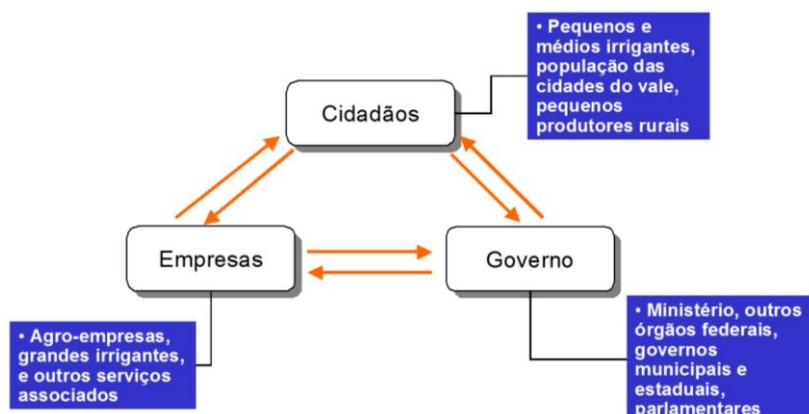
5

Principais linhas de negócio da Codevasf

Eixo	Segmentos/intervenções
Revitalização de Bacias Hidrográficas	<ul style="list-style-type: none"> Esgotamento sanitário Ligações intradomiciliares Sistemas de abastecimento de água Processos erosivos Hidrovia do São Francisco
Oferta de Água	<ul style="list-style-type: none"> Barragens/Barreiros Adutoras Poços Cisternas Sistemas de abastecimento de água
Agricultura Irrigada	<ul style="list-style-type: none"> Gestão, administração e operação de projetos públicos de irrigação Implantação de infraestrutura hídrica de uso comum para irrigação
Inclusão Produtiva e Arranjos Produtivos Locais -APLs	<ul style="list-style-type: none"> Aquicultura, apicultura, fruticultura, ovinocaprinocultura, agricultura familiar, etc. Capacitação de jovens Obras de infraestrutura para escoamento de produção Fornecimento de equipamentos e implementos agrícolas Projetos e obras em infraestruturas urbana e rural Operação dos Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura
Projeto de Integração do São Francisco –PISF	<ul style="list-style-type: none"> Implantação do sistema de gestão do PISF Operação e manutenção do PISF

1.2 Os Beneficiários da Atuação da Empresa

São beneficiadas pela atuação da Codevasf, direta ou indiretamente, as populações dos municípios que integram as bacias do São Francisco, Parnaíba, Itapecuru e Mearim; destes, podemos destacar os pequenos irrigantes e produtores rurais, agricultores familiares, pescadores e aquicultores, como seus beneficiários diretos.

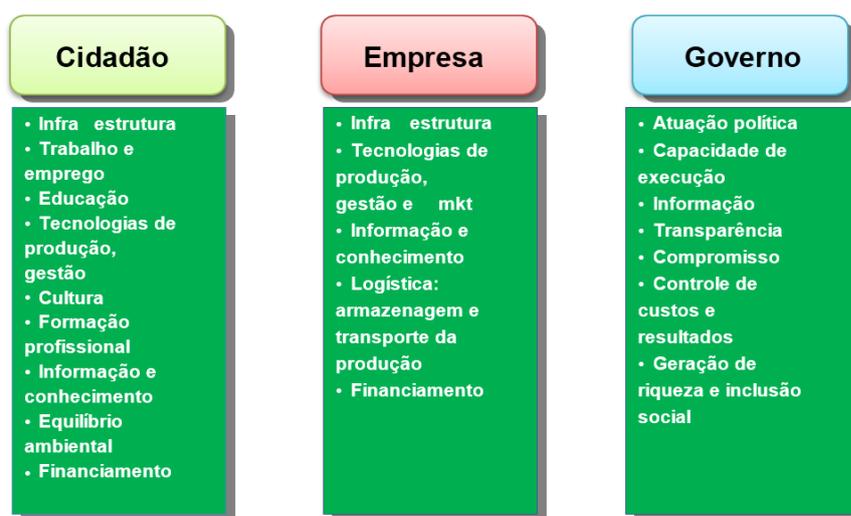


As empresas de agronegócio, logística, comercialização de produtos e de insumos para a agricultura, também se beneficiam diretamente dos serviços prestados hoje pela Codevasf.

É importante ressaltar que as instituições de pesquisa, as universidades e as organizações do terceiro setor são parceiras da Codevasf na promoção do desenvolvimento. Estes agentes, assim como os demais agentes públicos e privados que atuam nas regiões demandam ações de articulação que possam viabilizar as transformações socioeconômicas pretendidas.

Da mesma forma, os governos em todas as instâncias (municipal, estadual e federal), por conta da atuação direta da Codevasf na execução de emendas parlamentares, e também pela articulação política e institucional com outros agentes públicos e privados atuantes nas regiões, são beneficiários diretos da empresa, uma vez que na prática ela atua como braço executivo local do Governo Federal.

As demandas e necessidades de cada um destes conjuntos de beneficiários foram identificadas e são consolidadas na figura a seguir:



2. Posição Acionária

2.1 Composição acionária do capital social como investida

CODEVASF COMO INVESTIDA – POSIÇÃO EM 31/12/2016			
Denominação completa: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba - Codevasf			
AÇÕES ORDINÁRIAS (%)			
ACIONISTAS		31/12/2016	31/12/2015
Governo	Tesouro Nacional	100%	100%
	Outras Entidades Governamentais	-	-
	Fundos de Pensão	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-
	% Governo	100%	100%

2.2 Composição acionária da Codevasf como investidora em outras sociedades

CODEVASF COMO INVESTIDORA - POSIÇÃO EM 31/12/2016		
Denominação Investidora (UPC)	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	
Ações Ordinárias (% de participação)	Posição em	
Empresa investida	31/12/2016	31/12/2015
Celpe - Cia Energética de Pernambuco	0,314767	0,314767
Cia. de Desenv. e Rec. Hídricos e de Irrigação de Sergipe – COHIDRO	0,044714	0,044714
OI S/A	0,000297	0,000297

Ações Preferenciais (% de participação)	Posição em	
Empresa investida	31/12/2016	31/12/2015
Agrovale – Ind. do Vale do São Francisco S/A	1,320400	1,320400
Casal – Cia. de Saneamento de Alagoas	0,004700	0,004700
Celpe - Cia Energética de Pernambuco	0,274053	0,274053
Cia. de Desenv. e Rec. Hídricos e de Irrigação de Sergipe – COHIDRO	0,022393	0,022393
Cia. de Saneamento de Sergipe – DESO	0,001075	0,001075
Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A - Embasa	0,010000	0,010000
OI S/A	0,000033	0,000033

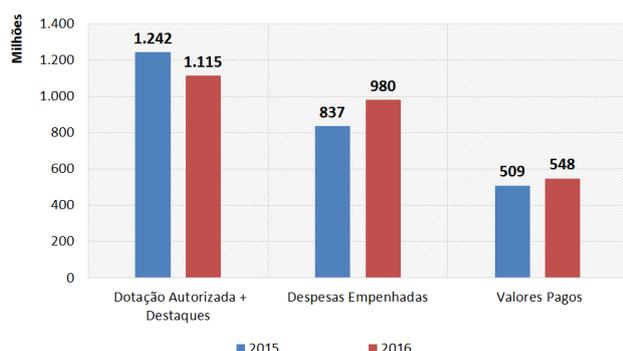
Fonte: Relatórios financeiros (AA/GFN)

3. Desempenho Econômico-Financeiro

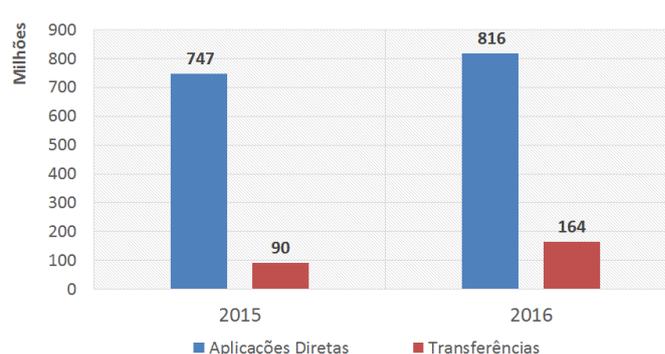
3.1 Análise do Orçamento

No exercício de 2016, a Codevasf teve um orçamento global de R\$ 1,114 bilhão considerando as suplementações, cancelamentos e movimentações de crédito por destaques, que significa redução de 10% quando comparado a o exercício anterior.

Execução orçamentária da Codevasf – 2015/2016



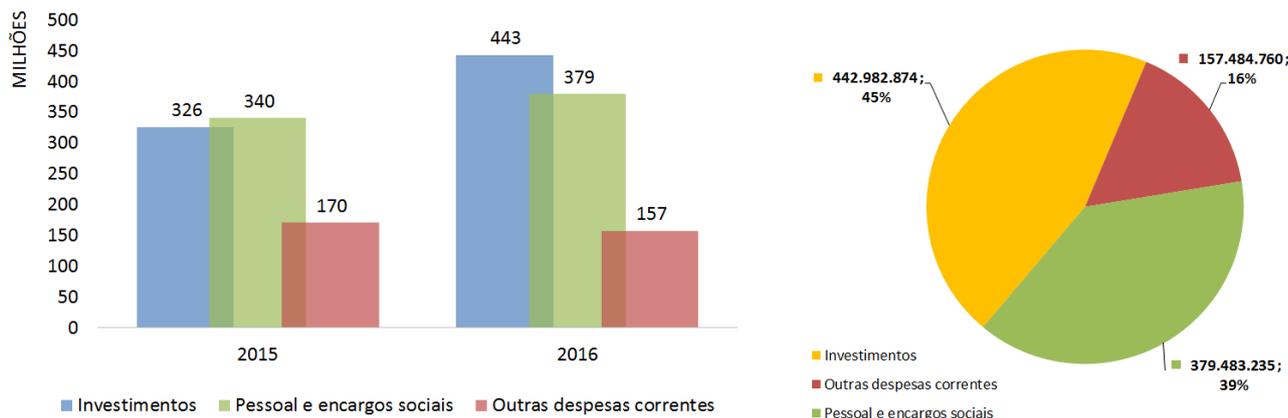
Despesas empenhadas por modalidade – 2015/2016



Nota: Dotação autorizada + Destaques = Soma da dotação inicial + créditos + movimentações de crédito por destaque

No que diz respeito apenas aos investimentos realizados em 2016, apesar do cenário de forte restrições orçamentárias, houve ampliação de 35,8% em relação a 2015, resultado de inúmeras articulações e gestões junto a base política de apoio e ao Ministério Supervisor, viabilizando assim, a execução de obras e projetos em andamento, com reflexos no aumento da oferta de água em regiões afetadas pela estiagem e também propiciando melhoria da qualidade de vida da população residente nos municípios beneficiados.

Despesas empenhadas por Grupo Natureza de Despesa



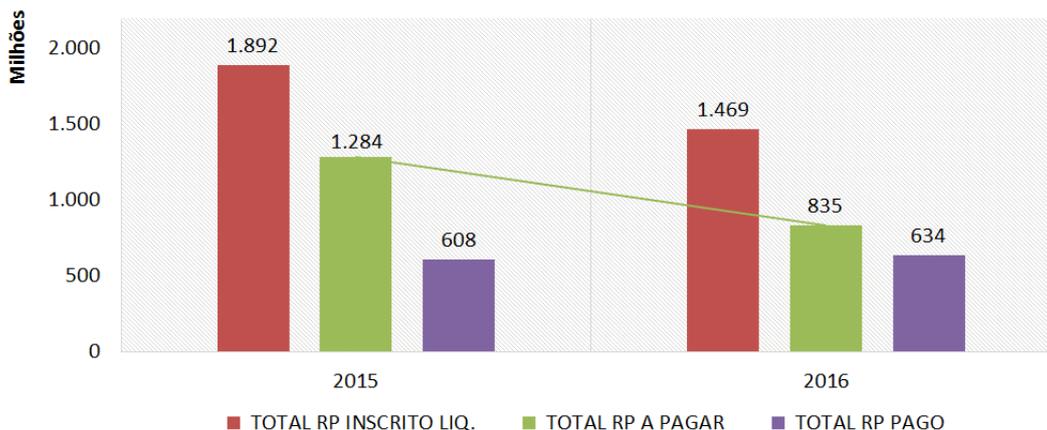
Fonte: Tesouro Gerencial

3.2 Análise de Restos a Pagar

Os Restos a Pagar – RAP constituem compromissos financeiros exigíveis, que compõem a dívida fluante e podem ser caracterizados como despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro de cada exercício financeiro. Na Codevasf, o total de restos a pagar inscritos para investimentos, anualmente, abeirar-se a 85% dos valores empenhados (empenhos – valor pago) para execução nos anos seguintes. Conclui-se, portanto, que a execução ou continuidade dos projetos ocorre de fato nos exercícios subsequentes pelo porte e complexidade das obras tocadas.

O exercício de 2016 começou com saldo de R\$ 1,611 bilhão de RAP, inclusive os recursos com origem nas movimentações de crédito via destaques, encerrando o exercício com R\$ 835 milhões de Restos a Pagar.

Comparativo anual de restos a pagar – Exercícios 2015 a 2016



O saldo de Resto a pagar constitui uma obrigação, pois pressupõe que as obras e serviços já foram contratados e estão em execução com exceção dos paralisados por motivos diversos.

Saldo de restos a pagar agrupado por tipo de ação da Codevasf – Exercício 2016

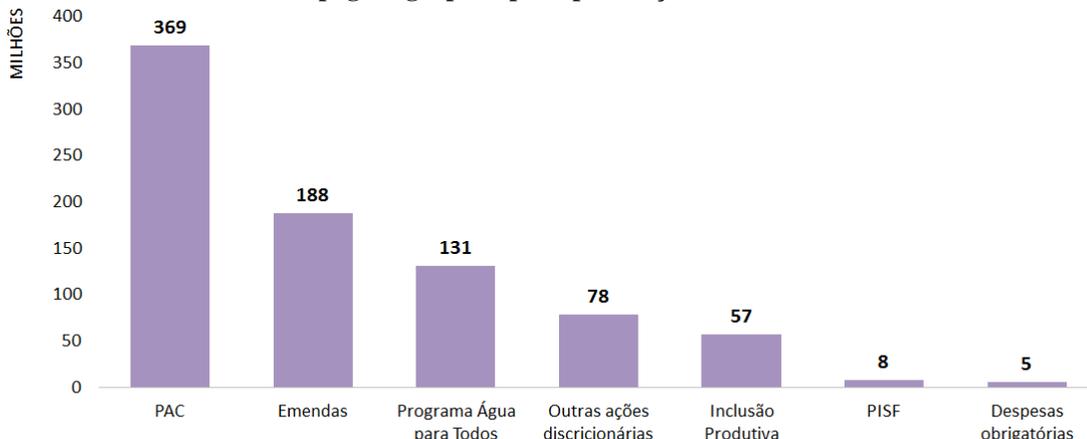


Tabela – Execução financeira por programa – Exercício 2016

(Valores em R\$ Milhões)

Programa/Ação	Dotação Atualizada + Desteque Recebido	Rap Total Inscrito Líquido	Total Previsto	Valores pagos total	Pago/previsto total
Agricultura Irrigada	158,6	173,7	332,3	190,5	57%
Cumprimento Sentenças Judiciais	7,5	,6	8,1	5,1	62%
Desenvolvimento Regional Sustentável	238,8	423,2	662,0	158,2	24%
Gestão de Riscos e Resposta a Desastres	2,0	41,5	43,5	23,1	53%
Pesca e Aquicultura	1,4	1,1	2,5	2,0	80%
Programa de Gestão	444,3	38,9	483,2	441,3	91%
Promoção dos Direitos da Juventude	,3	,2	,5	,2	52%
Recuperação e Controle de Processos Erosivos	49,3	37,1	86,4	9,9	12%
Recursos Hídricos	133,6	209,4	343,0	66,1	19%
Saneamento Básico	51,7	210,6	262,3	82,3	31%
Segurança Alimentar	24,8	328,7	353,5	203,5	58%
Transporte Aquaviário	2,7	4,3	6,9	,1	2%
Total Geral	1.114,8	1.469,4	2.584,2	1.182,4	46%

Fonte: Tesouro Gerencial (31-12-2016)

(*) Total previsto = Soma da LOA 2016 + RP inscritos

3.3 Receitas Próprias Recolhidas

A receita de titulação é proveniente da venda dos lotes de terras nos Perímetros Públicos de Irrigação - PPIs e a receita de tarifa refere-se à taxa de utilização da infraestrutura de uso comum (canais, estradas, drenos, estações de bombeamento, etc.) que permitem o suprimento de água destinada à irrigação. Os valores arrecadados são recolhidos diretamente na conta única do tesouro.

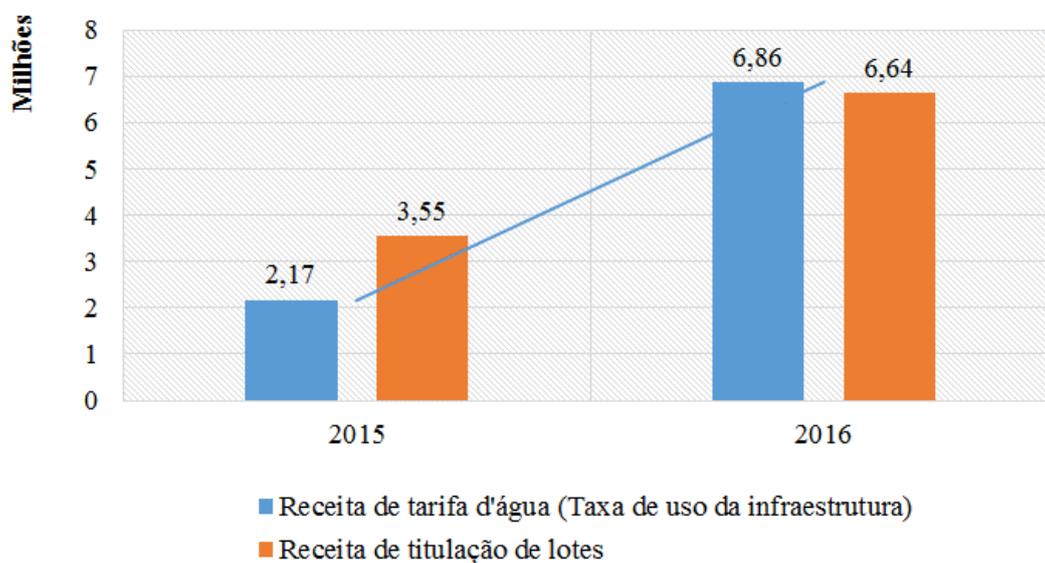
Total recebido nos exercícios de 2015 e 2016 (R\$ 1,00)

Tipo de receita	2015	2016
Receita de tarifa d'água (taxa de uso da infraestrutura)	2.173.623,05	6.860.711,91
Receita de titulação de lotes	3.554.087,88	6.635.813,31
Total Recebido no Exercício	5.727.710,93	13.496.525,22

Fonte: Sistema SICOB

Nota: Tarifa d'água (Taxa de uso da infraestrutura): Em 2015 existia Portaria suspendendo a cobrança de K1 em razão da estiagem que atingiu boa parte dos Projetos Públicos de Irrigação.

Total recebido nos exercícios de 2015 e 2016 (R\$ 1,00)



3.4 Financeiro

O exercício de 2016 foi muito positivo para a Codevasf em relação a sua situação financeira, pois os esforços mantidos junto ao Ministério da Integração Nacional possibilitaram o recebimento de recursos financeiros, fonte 100 – Recursos Ordinários, que permitiram também a realização de pagamentos de dívidas acumuladas de exercícios anteriores na ordem de R\$ 598 milhões, bem como pagamentos de R\$ 173 milhões do exercício corrente, totalizando R\$ 771 milhões, liberado mensalmente durante o exercício em análise, obedecendo ao disposto as limitações previstas no Decreto nº 8.670/2016, e suas alterações que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2016, e dá outras providências.

Contudo, considerando que há continuidade ou início de novas obras e serviços no decorrer do ano, além de despesas de custeio administrativo, o exercício encerrou-se com saldo de restos a pagar no valor de R\$ 773.414.745,90, o que representa 50% do total da dívida inicial na fonte de recursos 100.

4. Desempenho dos Negócios

4.1 Objetivos de Atuação da Empresa – PPA 2016 a 2019

Orientada pelos objetivos estratégicos do MI e em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, Plano Plurianual 2016/2019 e pelos regulamentos a ela instituídos, a Codevasf atua em diversos programas temáticos na sua área de atuação, por meio de ações voltadas para o desenvolvimento produtivo e sustentável na agricultura irrigada, na realização de obras para a oferta de água e de saneamento básico, e na implantação de infraestruturas, para inclusão na cadeia produtiva, visando estimular o desenvolvimento econômico com a consequente redução das desigualdades sociais e regionais.

Programas e Objetivos do PPA 2016-2019 com Atuação da Codevasf

Programa	Objetivos
2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial	(0789) Promover o desenvolvimento regional e o ordenamento do território brasileiro por meio do planejamento da ocupação e do uso do espaço de forma sustentável e com abordagem territorial.
	(0840) Promover a estruturação de atividades produtivas, arranjos produtivos e rotas de integração para o Desenvolvimento Regional e Territorial.
2044 - Promoção dos Direitos da Juventude	(0988) Coordenar e articular políticas públicas que promovam os direitos dos jovens.
2052 - Pesca e Aquicultura	(1133) Estimular a ampliação da produção aquícola e pesqueira de forma sustentável e competitiva
2068 - Saneamento Básico	(0355) Implementar medidas estruturais e estruturantes em áreas rurais e comunidades tradicionais, que assegurem a ampliação do acesso, a qualidade e a sustentabilidade das ações e serviços públicos de saneamento básico.
	(0610) Implementar medidas estruturais em áreas urbanas, por meio de ações que assegurem a ampliação da oferta e do acesso aos serviços públicos de saneamento básico.
2077 - Agropecuária Sustentável	(0175) Concluir a implantação, melhorar a gestão, recuperar e modernizar os projetos públicos de irrigação existentes visando à emancipação.
2084 - Recursos Hídricos	(0479) Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas
	(0480) Garantir a operação e a funcionalidade das infraestruturas hídricas por meio de sua recuperação e manutenção
	(1027) Promover a conservação, a recuperação e o uso racional dos recursos hídricos, por meio da indução de boas práticas de uso de água e solo e da revitalização de bacias hidrográficas
	(1027) Promover a conservação, a recuperação e o uso racional dos recursos hídricos, por meio da indução de boas práticas de uso de água e solo e da revitalização de bacias hidrográficas

Fonte: PPA Mais Brasil - Plano Plurianual 2016-2019 do Governo federal

4.2 Resultados das Ações

4.2.1 Revitalização de Bacias Hidrográficas



SES Lagoa da Prata /MG

As ações de revitalização desenvolvidas pela Codevasf visam a recuperação, preservação e uso de recursos naturais para a melhoria das condições socioambientais da bacia. Tem como pontos principais a implantação, ampliação ou melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário, implantação de sistemas de abastecimento de água em comunidades ribeirinhas do Rio São Francisco e combate às decorrências dos processos erosivos.

Em 2016, foram empregados R\$ 87,33 milhões (valores pagos) na continuidade da execução dos projetos de revitalização. Conforme quadro abaixo, observa-se que as obras concluídas têm potencial para atender mais de 3,2 milhões de pessoas, elevando a qualidade de vida da população dos municípios atendidos.

Estágio de execução dos empreendimentos – PAC Revitalização de Bacias Hidrográficas – 31/12/2016

Empreendimento	Unidade Medida	Resultado Físico (unidade)				Total intervenção	População Beneficiada (etapas concluídas)
		Ações preparatória/Licitação	Em execução	Concluído	Paralisado		
Abastecimento de Água – Implantação S.A.A	Localidades	69	38	303	0	410	161.863
Ligações Intradomiciliares(*)	Unidade	25.782	36.441	15.610	0	77833	78.050
Processos Erosivos (**)	Unidade	5	23	62	1	91	1.207.394
Esgotamento sanitário	Unidade	3	21	102	45	171	1.263.053
Resíduos sólidos (***)	Unidade	0	0	5	0	5	764.055
Total	Unidade	77	82	472	46	677	3.234.502

11

(*) Não contabilizados pois trata dos mesmos beneficiários contemplados com as obras de esgoto sanitário

(**) Inclui no estágio as obras concluídas no PAC 1 com redefinição de escopo

(***) Considera a população dos municípios atendidos com sistemas de resíduos sólidos urbanos ou remediação de lixo

Investimentos realizados – PAC Revitalização – Exercício 2016 (R\$ milhões)

Empreendimento	Unidade Medida	Resumo financeiro (R\$ Milhões)		
		Total comprometido – LOA + RAP	Pago 2016	% Pago 2016
Abastecimento de Água – Implantação S.A.A	R\$	18,47	6,41	35%
Ligações Intradomiciliares	R\$	23,71	7,94	33%
Processos Erosivos	R\$	47,55	9,90	21%
Esgotamento sanitário	R\$	197,79	63,01	32%
Resíduos sólidos	R\$	2,09	,07	3%
Total	R\$	289,60	87,33	30%

Fonte: Balanço do PAC (30-12-2016) e planilhas de acompanhamento da execução das obras revitalização

SAA = Sistema de abastecimento de água

Intervenções concluídas de esgoto sanitário - Ano de 2016

UF	Intervenção	Total (VR)	Pago total	População beneficiada	Data de conclusão
BA	SES Mirangaba	8.004.568,07	7.974.062,77	7.494	08/12/2016
MG	SES Varzelândia	8.326.775,96	8.326.775,96	8.906	10/06/2016
PE	SES Cabrobó	9.345.089,91	7.375.752,90	19.811	30/12/2016
PE	SES Petrolina	73.220.798,00	58.005.544,63	219.309	30/12/2016
	Total	98.897.231,94	81.682.136,26	255.520	-

Intervenções concluídas de Ligações intradomiciliares – Ano de 2016

UF	Intervenção	Total (VR)	Pago total	População beneficiada	Data de conclusão
PI	Ligações Ribeiro Gonçalves (617 ligações de esgoto)	519.980,00	104.370,95	3.085	09/11/2016

Intervenções concluídas de Processos erosivos – Ano de 2016

UF	Intervenção	Total (VR)	Pago total	População beneficiada	Data de conclusão
BA	Contenção de Barrancas em Malhada – BA (*)	13.242.203,59	13.242.203,59	6.559	30/12/2016
BA	Contenção de Barrancas em Sítio do Mato – BA (*)	11.751.929,42	11.751.929,42	6.866	30/12/2016
PI	Estabilização de Dunas - Ilha Grande/PI	1.676.881,00	1.676.880,60	154.643	01/06/2016
Total		26.671.014,01	26.671.013,61	168.068	-

4.2.2 Agricultura Irrigada

As ações visam garantir a sustentabilidade e a modernização dos 27 projetos públicos de irrigação (PPIs) de irrigação de propriedade da Codevasf e dos 10 (dez) projetos de reassentamento do Sistema Itaparica, de propriedade da CHESF.

Os perímetros públicos de irrigação da CODEVASF funcionam sob administração das respectivas associações de agricultores ou por meio de contratos com empresas especializadas. Em 2016 foram executadas ações para garantir o funcionamento dos perímetros que consiste na captação e distribuição de 1.100 milhões de m³ de água de irrigação e serviços de manutenção em cerca de 4.000 km de canais e tubulações, 5.000 km de drenos, 3600 km de estradas e 290 estações de bombeamento.

No exercício de 2016 foram investidos R\$ 129,6 milhões nas ações de modernização/reabilitação da infraestrutura de uso comum de Perímetros, na reabilitação e administração de projetos interesse social (perímetros do Complexo de Itaparica e demais perímetros sociais da Codevasf) e no atendimento a legislação e condicionantes ambientais, conforme quadro baixo.

12

Modernização, reabilitação, administração e transferência de gestão de perímetros

Exercício 2016 (R\$ Milhões)

Discriminação	Quant. Perímetros (*)	Valores previstos	Valores pagos	% pago
Administração Projetos de Irrigação do Complexo de Itaparica	10	75,6	66,3	88
Modernização e Reabilitação de Perímetros – PAC	8	37,3	14,8	40
Administração de Projetos Sociais da Codevasf	13	12,1	7,6	63
Reabilitação de Projetos de Irrigação de Interesse Social - PAC	6	4,8	4,7	97
Total	37	129,8	93,4	72

Fonte: Relatórios de execução orçamentária/financeira da Área de Irrigação – 31/12/2016

(*) Considerou-se a forma de administrações dos perímetros para se determinar o números de empreendimentos.

Os perímetros da Codevasf e do Complexo Itaparica geram valor bruto da produção agrícola da ordem de R\$ 2,38 bilhões anuais, e aproximadamente 260 mil empregos diretos e indiretos.

4.2.3 Oferta de Água



Canal do Perímetro de Irrigação Baixo de Irecê

O programa visa promover ações para o provimento da infraestrutura de oferta e uso múltiplo de recursos hídricos de forma integrada com as políticas regionais, sociais, econômicas e ambientais, tendo como princípios assegurar a ampliação da oferta de água de boa qualidade para consumo humano e desenvolvimento da agricultura irrigada, a redução dos níveis de pobreza e melhorar a qualidade de vida das populações locais, que com frequência passem com baixa disponibilidade de água, sobretudo na região semiárida.

No exercício de 2016, foram empregados R\$ 106,4 milhões (valores pagos) na continuidade de 106 obras e estudos estruturantes de infraestrutura hídrica e estudos de viabilidade para novos projetos visando aumentar a oferta de água e agricultura irrigada.

No ano, destacou-se a conclusão e inauguração da 2ª etapa da Adutora de Guanambi (fase 1), que levará água encanada a 34 mil habitantes do município de Caetitê e distritos de Maniacú, Morrinhos, Lagoa de Dentro e Lagoa de Fora, no estado da Bahia. Foram concluídos, também, o sistema adutor principal do SAA de Campo Alegre de Lourdes (BA) e os estudos de anteprojeto do Canal Xingó (SE) e do Canal do Sertão Baiano-Eixo Sul.

Estágio de execução dos empreendimentos – PAC Oferta de Água – 31-12-2016
Quantidade de intervenções

Ação Codevasf	Ação Preparatória / Licitação	Concluído	Estudos em execução	Obras em execução	Excluído Sepac	Total de intervenções
Adutora	5	2		3		10
Barragem		1		4		5
Pac seca (*)	13	2		3	6	24
Perenização de rio		1	1			2
Canal	2		2			4
Diques		1				1
Obras de infraestrutura para irrigação	4	4	3	4		15
Sistema de abastecimento de água			1	1		2
Recuperação de barragem - Prosb	43					43
Total Geral	67	11	7	15	6	106

Fonte: Balanço do PAC (30-12-2016)

(*) foram excluídos 6 (seis) projetos de implantação de sistemas de abastecimento de água pela SEPAC por motivos técnicos.

Nota: No final do exercício, das obras e estudos em execução, 12 (doze) estavam paralisados por motivos orçamentário/financeiro, técnico, titularidade/desapropriação ou ambiental.

Investimentos realizados – PAC Oferta de Água – Exercício 2016

(Valores R\$ milhões)

Ação Codevasf	AL	BA	MA	MG	PE	PI	SE	Total Geral	Total de intervenções
Adutora		6,9				1,6		8,5	10
Barragem				8,7		4,2		12,9	5
Pac Seca	2,4	2,1		0,1				4,6	24
Perenização de rio								0,0	2
Canal		7,7			0,6		3,1	11,4	4
Diques			0,7					0,7	1
Obras de infraestrutura para irrigação	3,4	29,4			18,9	11,2		63,0	15
Sistema de abastecimento de água	0,4	4,8						5,3	2
Recuperação de barragem - Prosb								0,0	43
Total Geral	6,2	51,1	0,7	8,9	19,5	16,9	3,1	106,4	106

Fonte: Balanço do PAC (30-12-2016)

Programa Água para Todos - BSM

O Programa Água para Todos visa promover a universalização do acesso à água em áreas rurais, tanto para consumo humano como para produção agrícola, beneficiando, principalmente, as famílias inscritas no Cadastro Único do Programa Bolsa Família. Desde 2012, as ações desse Programa permitiram beneficiar mais de 230 mil pessoas, conforme quadro abaixo. Em 2016, foram concluídas obras de tecnologias sociais diversas, permitindo beneficiar 5.406 pessoas da região Nordeste. No ano foram pagos R\$ 203,5 milhões, sendo que a maior parte referem-se a dívidas de anos anteriores.

Quantidade de tecnologias sociais implantadas – Exercício 2016

UF	Exercícios					Total realizado	Famílias beneficiadas
	2012	2013	2014	2015	2016		
Cisternas instaladas	47.685	43.615	56.491	35.248	1.196	184.235	184.235
Barreiros	30	328	127	49	4	508	25.400
Poços	0	181	498	82	184	945	18.900
SSAA	0	0	36	18	11	65	1.950
Total Tecnologias sociais	47.715	44.124	57.152	35.397	1.395	185.753	230.485

Fonte: Relatório de acompanhamento das tecnologias sociais (Coordenação do Programa Água para Todos – 31-12-2016)

Projeto de Integração do Rio São Francisco - PISF

Um grande desafio assumido pela Codevasf, por determinação do Governo Federal², foi a operação das obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional – PISF, destinado a assegurar oferta de água, em 2025, a cerca de 12 milhões de habitantes de 430 municípios do agreste e do sertão dos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Enquanto as obras avançam, o empreendimento registra 5.613 empregos diretos e uma execução física de 95,50%, sendo que o Eixo Norte conta com 94,52% e o Eixo Leste com 96,89%.³

Mapa Geral da Infraestrutura Hídrica do PISF



4.2.4 Ações de Inclusão Produtiva

As atividades relativas às Rotas de Integração Nacional são desenvolvidas no âmbito do Programa Desenvolvimento Regional, Territorial, Sustentável e Economia Solidária. Desde 2004 a Codevasf atua no apoio à estruturação e dinamização dos APLs nos estados de Alagoas, Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí e Sergipe, com destaque para os de apicultura, ovinocaprinocultura, bovinocultura, fruticultura e piscicultura, em virtude de serem as vocações principais das

² Em 2014, o Decreto nº 5.995/2006 que instituiu o Sistema de Gestão do PISF foi alterado pelo Decreto nº 8.207/ 2014, que estabeleceu a Codevasf como Operadora Federal do Sistema de Gestão, atribuindo-lhe o exercício das funções necessárias à operacionalização e à manutenção da infraestrutura do Sistema.

³ Sumário Executivo - Janeiro/2017, do Ministério da Integração Nacional

regiões de atuação da Empresa. Neste sentido, a Empresa promoveu o “XIII Seminário de Apicultura do Norte de Minas” e o “Seminário sobre a cultura do Coco Macaúba”, ambos em Montes Claros/MG.

Em 2016 foram empenhados mais de R\$ 16 milhões nas ações de apoio aos arranjos produtivos locais e na estruturação e dinamização de atividades produtivas, incluindo fornecimento de máquinas, equipamentos, veículos e implementos agrícolas destinados à implantação de ações de agricultura familiar na área de abrangências da Codevasf, e cobertura de despesas administrativas, material de consumo e locomoção de técnicos da Empresa.

O Projeto Amanhã, instituído em 1993 pela Codevasf, executado pelo Programa de Promoção dos Direitos da Juventude, tem por objetivo principal promover a inserção de jovens de 14 a 26 anos no mercado de trabalho para atuarem com autonomia e competência em empreendimentos agropecuários e agroindustriais.

As ações desenvolvidas em 2016 possibilitaram a capacitação de 602 jovens com destaque para os cursos de operação e manutenção de máquinas agrícolas, inclusão digital, apicultura, introdução à agroecologia, corte e costura. Embora os recursos tenham sido contingenciados, esse número de capacitações reflete os resultados das parcerias, de maneira especial com o Senai, Sesi e as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs).

Capacitação de jovens no exercício de 2016

UF	Exercício	
	2015	2016
AL	45	130
BA	30	115
MA	222	0
MG	188	311
SE	114	46
Total	599	602

A Codevasf desenvolve ações do Programa Pesca e Aquicultura por meio dos seus 7 (sete) Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura⁴ e das unidades demonstrativas de aquicultura, os quais são referência em atividades como pesquisa e reprodução de peixes para recomposição do Rio São Francisco e fomento à aquicultura como forma de inclusão produtiva de ribeirinhos e pequenos produtores.

Entre seus principais objetivos estão: o desenvolvimento de tecnologias de reprodução artificial, larvicultura e alevinagem de espécies nativas da bacia do Rio São Francisco; estudos físicos, químicos e biológicos, para o monitoramento da qualidade da água da bacia, o fomento a aquicultura na área de atuação da Empresa, alicerçada nos conceitos de sustentabilidade social, ambiental e econômica; e a capacitação de pescadores, produtores e técnicos da área.

Em 2016, foram produzidos aproximadamente 12 milhões de alevinos, sendo destinados 5,3 milhões de espécies nativas para recomposição da ictiofauna (44%) e 6,7 milhões de alevinos exóticos destinados à piscicultura extensiva (56%), à capacitação/piscicultura intensiva e para pesquisas.

Quantidade de produção de alevinos – 2014 a 2016 (mil)

Ano	Revitalização (Peixamentos)	Ações de aquicultura	Total produzidos
2014	3.611	8.076	11.687
2015	7.907	9.100	17.007
2016	5.324	6.693	12.017
TOTAIS	28.132	38.499	66.631

Fonte: Gerência de Desenvolvimento Territorial – AR/GDT

As pesquisas são realizadas com enfoque em estudos relacionados ao manejo, meio ambiente, nutrição, biologia pesqueira, limnologia, genética, reprodução, larvicultura e alevinagem de peixes de espécies nativas, tendo as instituições de ensino e pesquisa como parceiras. Alguns exemplos de pesquisas em andamento são o monitoramento da ictiofauna e da qualidade de água do Rio São Francisco; e a revitalização de lagoas marginais no alto-médio São Francisco.

Os estudos são publicados em revistas e periódicos especializados e também promove-se a divulgação dos resultados para o público em geral, desenvolvendo novas tecnologias e encontrando soluções cotidianas, contribuindo efetivamente com os esforços de revitalização das bacias dos Rios São Francisco e do Parnaíba.

No ano de 2016, foram publicadas 16 pesquisas e 39 estudos científicos por meio dos Centros de Três Marias, Xique-Xique, Bebedouro, Betume e Itiúba.

⁴ Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura: (Minas Gerais: Três Marias e Nova Porteirinha; Bahia: Guanambi e Xique-Xique; Pernambuco: Petrolina; Sergipe: Neópolis; e Alagoas: Porto Real do Colégio). Em fase de implantação de Centro de Referência em Aquicultura e Pesca do Vale do Parnaíba - CERAQUA-PHB, no município de Parnaíba/PI.

5. Análise do Ambiente Econômico Geral e Setorial

Produto Interno Bruto - PIB

O Brasil atravessou o ano de 2016 com sua economia em uma severa recessão. Ainda há incertezas quanto à recuperação em 2017, são unânimes nessa constatação as grandes agências de avaliação da economia. Para a Confederação Nacional da Indústria (CNI) o Produto Interno Bruto (PIB) após recuar 3,8% em 2015 – o maior tombo em 25 anos – e com retração maior do que 3% em 2016, deve voltar a crescer em 2017 – mas a uma taxa reduzida, entre zero e 0,5%. Zeina Latif, economista-chefe da XP Investimentos, afirma que não foi possível ainda identificar um motor de crescimento se materializando rapidamente para o ano de 2017. A especialista afirma ainda, que um possível crescimento, embora ainda baixo, poderá ser observado apenas a partir do segundo semestre.

O economista Rogério Mori, professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, vê a economia brasileira ainda estagnada. “Vamos ter crescimento zero em 2017, porque o consumo das famílias não dá sinais de melhora e deve continuar fraco. Além disso, o governo não terá muito espaço para gastar no ano que vem, devido ao ajuste fiscal. Nessa mesma linha o economista financeiro Meiguel Daoud em sua previsão afirma que o grande problema que nós vamos ter é a questão fiscal dos estados, municípios e a própria União. Diante da forte deterioração das contas públicas, com rombos elevados, os analistas não sugerem novos estímulos fiscais por meio da redução de tributos ou aumentos de gastos públicos. Eles afirmam que o motor da recuperação poderá vir de uma intensificação do processo de corte de juros básicos da economia – que já foi iniciado pelo Banco Central em outubro de 2016.

Desemprego

O desemprego, que hoje atinge 11,8% da população ocupada e aflige 12 milhões de brasileiros, deverá continuar a crescer em 2017, segundo os analistas. O aumento do emprego é um dos últimos passos da ainda incerta recuperação da economia. Existem previsões de que essa taxa pode crescer entre 13% a 16% porque os economistas preveem uma demora na retomada do emprego. Nesse contexto é natural o crescimento da informalidade.

Inflação

A inflação vem perdendo força em 2017, consequência da própria recessão, que esfriou o consumo. Para 2017, o mercado já prevê um índice abaixo da meta fixada pelo Banco Central, 4,5%, conforme projeções de economistas.

Zeina Latif lembra que “tem um bocado de espaço para uma desinflação”. “Muitos choques na economia contaminaram os preços de uma forma geral em 2016, com o aumento da energia, a depreciação cambial, a alta do preço dos alimentos pelo clima, lembra a economista”. Ela lembrou que que o câmbio não é mais um motivo de preocupação e que a atividade econômica está em queda.

Juros

O corte da taxa básica de juros pelo Banco Central deve continuar em 2017, segundo os economistas, mas com ritmo moderado. A redução deverá gerar impactos imediatos para o consumidor, mas pode criar um ambiente mais positivo para a retomada dos investimentos.

A previsão do mercado financeiro é de que o juro básico, a chamada taxa Selic, antes em 13,75%, caia para 10,50% ao ano no fim de 2017. Os juros brasileiros são os maiores do mundo. A redução das taxas tende a diminuir o custo dos investimentos e favorece o pagamento das dívidas.

O economista Alexandre Schwartzman disse que a expectativa, neste momento, é de que o processo de redução da taxa de juros comece a impulsionar a demanda por um lado e acelere o processo o processo de concessões. Para ele, o corte de juros pode abrir oportunidade para investimentos em infraestrutura.

Câmbio

No começo de 2016, o dólar chegou a superar o patamar de R\$ 4,00, o maior valor da história do Plano Real, mas teve uma queda expressiva ao longo do ano. Os economistas não acreditam que uma disparada tão forte possa se repetir em 2017, e projetam que o dólar se equilibre em R\$ 3,50.

É difícil prever o comportamento do dólar em 2017, pois o câmbio está muito pressionado pelas incertezas do cenário externo. “Ainda existe uma grande incógnita quanto à tendência do câmbio. Podemos ter algumas surpresas que não sejam tão positivas”, diz Rogério Mori.

Contas Públicas

Ao longo de 2016, o governo adotou medidas para tentar reequilibrar as contas públicas, como o teto para o crescimento dos gastos, já promulgado pelo Congresso, e a reforma da Previdência, em tramitação. Mesmo assim a previsão do governo é fechar 2017 com um rombo de R\$ 139 bilhões.

“O quadro fiscal não deve ser muito melhor em 2017 que em 2016”, prevê Rogério Mori. “A arrecadação não vai ter grandes saltos no próximo ano, apesar do teto de gastos públicos limitar as despesas. As medidas de austeridade fiscal aprovadas agora no Congresso terão um impacto mais de médio e de longo prazo.”

Zeina Latif diz que, “para o governo fechar o ano com um déficit menor, vai precisar ter alguma surpresa na arrecadação”, o que ela não avalia como provável. “O aumento dos gastos públicos vai continuar por um tempo, não tem

muito jeito. A reforma da Previdência vai ajudar a conter os gastos, mas só lá na frente. A administração das contas públicas vai continuar muito dependente da arrecadação, que vais ser muito lenta”.

Cenário Externo

A projeção dos especialistas é que a economia global continue em ritmo lento em 2017, com o comércio internacional desaquecido. Eles destacam que há incertezas envolvendo a política monetária dos Estados Unidos após a eleição de Donald Trump e o cenário na Europa após a decisão do Reino Unido de deixar a União Europeia.

“O quadro externo não é exatamente benigno, porque o comércio internacional está praticamente estagnado”, diz Zeina Latif.

O Federal Reserve, o banco Central dos Estados Unidos, sinalizou que vai aumentar a taxa de juros no país em um ritmo mais acelerado – o que motivaria uma tendência de alta do dólar em relação a outras moedas, uma vez que o país se tornaria mais atraente para investidores.

A economista Zeina Latif também afirma que o mercado internacional “pode ter algum alento” se a China realmente acomodar o ritmo de crescimento do PIB, após a onda de preocupações globais em torno da tendência de desaceleração. “Isso pode se traduzir em preços de commodities confortáveis, o que é bom para os países emergentes.”

Impactos das Projeções sobre o Negócio da Codevasf

A aprovação da Proposta de Emenda Constitucional - PEC 241 representará maior contenção dos gastos públicos, uma vez que permite que os mesmos sejam corrigidos anualmente pela inflação acumulada.

Do ponto de vista fiscal, essa emenda é irretocável em termos de necessidade de modernizar a gestão desse tipo de política no País. Em termos práticos, em momentos em que a economia estiver crescendo, a receita (sensibilizada a partir do aumento do PIB nominal) crescerá a um ritmo superior ao das despesas (corrigida apenas pela inflação), o que permitirá, automaticamente a geração de um superávit nas contas públicas (contribuindo para diminuir a dívida pública). De maneira análoga, em momentos de recessão, as receitas crescerão a um ritmo inferior ao da inflação.

Essa é uma resposta positiva face ao ocorrido no Brasil nos últimos anos. Essa medida também se mostra fundamental para eliminar os riscos para onde o País estava se encaminhando. A sociedade brasileira não tolera novos aumentos de impostos e a saída do governo tem sido aumentar o endividamento público, que tem chegado a níveis perigosos. Caso nada seja feito, os riscos recaem no aumento da emissão de moeda para financiar o déficit, o que, fatalmente, levará ao aumento da inflação.

Nesse sentido, as limitações imposta pela PEC representa o primeiro passo que colocará no centro a discussão da necessidade do aumento da eficiência e da produtividade do setor público. Essa será a única forma através da qual, a partir de agora, o sistema deverá continuar a funcionar, de forma atender à sociedade sem querer absorver cada vez mais do PIB brasileiro (oferecendo mais e melhores serviços à população).

A crise econômica que abalou as finanças públicas afetou fortemente os investimentos realizados pela Codevasf em 2016. O reflexo deste cenário foi redução de 35% no orçamento inicial da Codevasf, previsto no exercício de 2016, apesar de constada a recomposição parcial de R\$ 38,9 milhões de créditos adicionais, minimizando essa redução reportada acima para 17%.

A retração dos investimentos motivou a adoção de medidas de racionalização de gastos e definição de prioridades de forma a minimizar os impactos nos empreendimentos de revitalização das bacias hidrográficas, expansão da área irrigada, modernização dos perímetros públicos irrigados em operação, estímulo à aquicultura, estruturação de atividades produtivas e aumento da oferta hídrica para abastecimento, mantendo a contribuição dessa Instituição na diminuição das desigualdades sociais e regionais, aceleração do crescimento com geração de empregos, renda e inclusão social.

6. Expansão da Área de Atuação

Em reconhecimento ao relevante trabalho realizado pela Codevasf como agente público de promoção de crescimento econômico e social e na difusão de novas tecnologias no segmento da agricultura irrigada e de oferta de água, nas últimas décadas a sociedade e o corpo político passaram a demandar a sua presença em outras regiões.

Dentre as 12 (doze) propostas transitando no Congresso Nacional, destacamos 2 (duas) que estão em estágios mais avançados de tramitação, o Projeto de Lei nº 4450/2016 (surgiu da junção do Projeto de Lei do Senado - PLS nº 85/2015 e do PLS nº 370/2014), que propõe a inclusão dos vales dos rios Paraíba, Mundaú, Jequiá, Tocantins, Munim, Gurupi, Turiaçu e Pericumã, bem como dos municípios do Estado de Alagoas que não se encontram no vale do rio São Francisco; e o Projeto de Lei nº 143/2012, que propõe a inclusão do vale do rio Vaza-Barris.

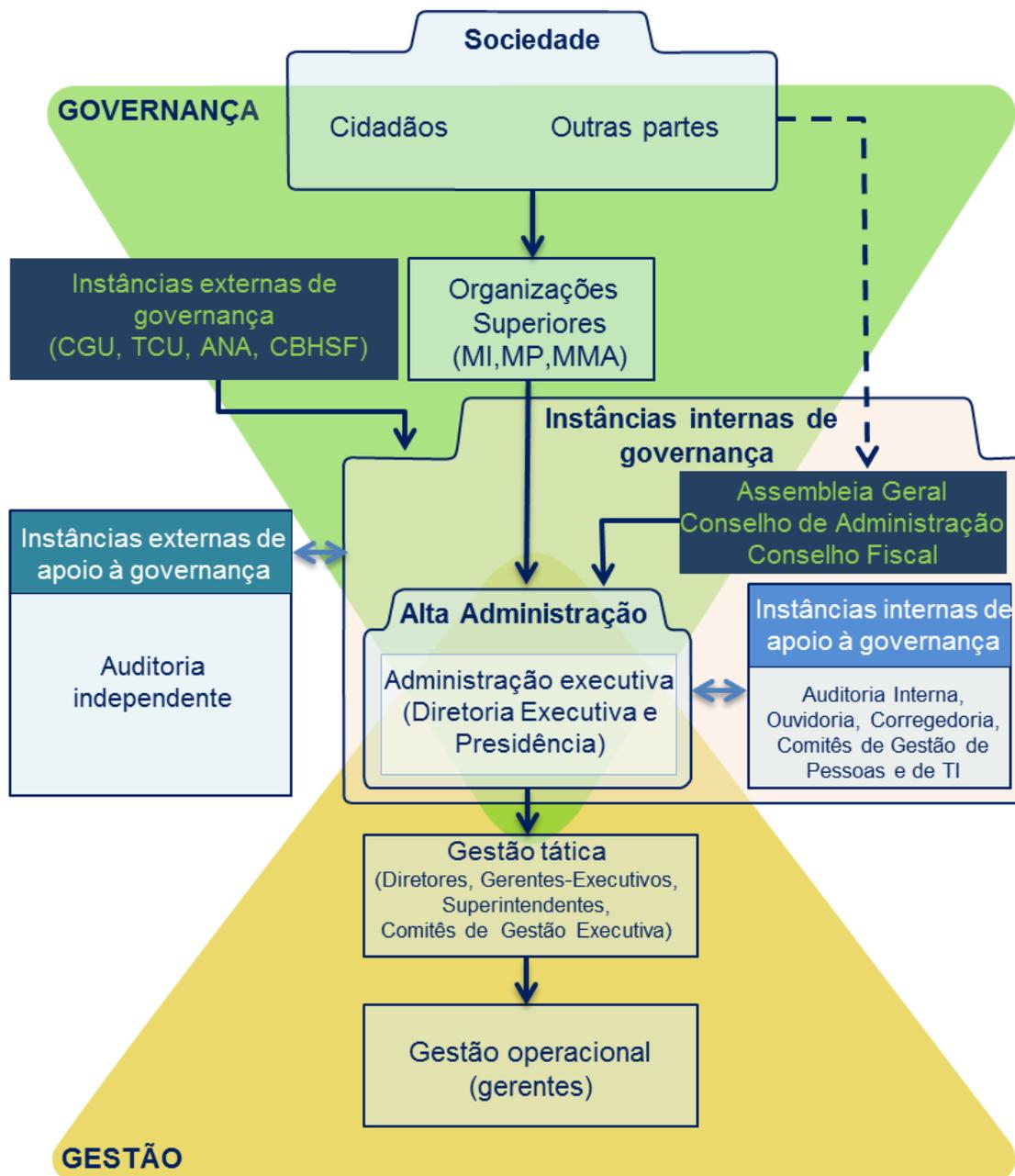
Em termos de área de atuação a Codevasf ocupa 13,08% do território nacional em 1.114.205,87 km², de acordo com atualização de cálculos utilizando a projeção cartográfica Albers – IBGE, envolvendo mais de 26,7 milhões de habitantes. Com a perspectiva dos vários projetos de lei que vem sendo apresentados junto ao Legislativo, com previsão de incorporar 1.416.668,54 Km², representará cerca de 30% do território nacional.

Tal ampliação, de importante magnitude, merece considerações aprofundadas e que permitam estabelecer mecanismos de garantia de recursos e de financiamento das ações a serem realizadas, configurados num panorama de compromisso estrutural de dotações orçamentárias e de aumento de quadros de recursos humanos, assim como uma cadeia de responsabilidades de maneira clara e eficaz.

7. Gestão

7.1 Governança Corporativa

A Codevasf é regida por sua lei de criação, Lei nº 6.088/74, por seu Estatuto e Regimento Interno, que norteiam os controles internos, avaliações e correções na organização. O planejamento estratégico, normativos, recomendações e deliberações de diferentes instâncias decisórias constituem o arcabouço direcionador de seu processo de governança. O diagrama abaixo representa as diferentes instâncias empregadas na empresa para seu processo deliberativo.



Legenda:
MI: Ministério da Integração Nacional
MP: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
MMA: Ministério do Meio Ambiente
CGU: Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União
TCU: Tribunal de Contas da União
CBHSF: Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco
TI: Tecnologia da Informação

Para o cumprimento de sua missão institucional como empresa pública dependente do tesouro, a Codevasf atua estritamente alinhada com as diretrizes, planos e políticas definidas pelos vários entes do Governo Federal, em especial para com aquelas referentes a seu segmento de atuação, destacando-se as de meio ambiente, recursos hídricos e agricultura irrigada, Contribuindo com a formulação e implementação dessas políticas públicas e a prestação de serviços de interesse da sociedade, a Empresa conta com estrutura tradicional de governança que objetiva avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão.

Nas funções de governança visando a definição do direcionamento estratégico, supervisão da gestão; envolvimento das partes interessadas, gerenciamento de riscos estratégicos e conflitos internos, a Codevasf conta com duas instâncias colegiadas de deliberação, o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. Para exercer as funções de controle, em especial auditar e avaliar o sistema de gestão e promover a *accountability* (prestação de contas e responsabilidade) e a transparência foram criados o Conselho Fiscal, Auditoria Interna, Corregedoria e Ouvidoria. Por fim, conforme sua natureza jurídica de empresa pública possui uma instância para deliberação sobre todos os negócios relativos ao objeto social da empresa, que é a Assembleia Geral.

A seguir são discriminadas as principais unidades orgânicas e competências relevantes que integram a estrutura de governança institucional da Codevasf.

a) Assembleia Geral

A Assembleia Geral é o órgão da Codevasf, convocada e instalada na forma da lei, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao objeto social da empresa. A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente da Codevasf ou substituto por ele designado e, na ausência de ambos, por pessoa escolhida pelos acionistas presentes.

b) Conselho de Administração

O Conselho de Administração, composto de 7 (sete) membros, é o órgão de deliberação superior da Codevasf e tem a seguinte composição:

- um representante do Ministério da Integração Nacional, que exercerá a Presidência do Colegiado;
- o Presidente da Codevasf;
- um representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- um representante do Ministério de Minas e Energia;
- um representante do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;
- um representante do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil; e
- um conselheiro representante dos empregados, na forma da Lei nº 12.353, de 28 de dezembro de 2010, e sua regulamentação.

O Presidente da Codevasf é membro nato do Conselho de Administração, e não poderá acumular o cargo de Presidente do Conselho de Administração, mesmo que interinamente.

c) Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal, de caráter permanente, compõe-se de três membros efetivos e de igual número de suplentes, sendo:

- um indicado pelo Ministério da Fazenda, como representante do Tesouro Nacional; e
- dois indicados pelo Ministério da Integração Nacional.

Sua função é fiscalizar os atos de gestão dos administradores da Codevasf e opinar sobre as contas da companhia (demonstrações financeiras, modificação do capital social, distribuição de dividendos e destinação do lucro), emitindo pareceres a respeito. Para isso, o Conselho se reúne ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente ou por deliberação da maioria de seus membros.

d) Diretoria Executiva

A Codevasf é administrada por um Presidente e três Diretores, todos nomeados pelo Presidente da República. A Diretoria Executiva é responsável pela gestão da Companhia e execução das deliberações do Conselho de Administração. Entre suas atribuições, ela aprova regimentos internos dos órgãos que compõem a estrutura organizacional da empresa; autoriza a realização de convênios, acordos, ajustes ou contratos, que constituam ônus, obrigações ou compromissos para a Codevasf e aprecia as contas da companhia (demonstrações financeiras, modificação do capital social, distribuição de dividendos e destinação do lucro) submetendo-os ao Conselho de Administração.

e) Auditoria Interna

A Auditoria Interna vincula-se administrativamente ao Conselho de Administração, conforme artigo 9º do Regimento Interno, e se sujeita à orientação normativa e à supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, nos termos do caput do artigo 15 do Decreto nº 3591/2000.

O nome do titular da Auditoria Interna é sugerido pela Presidência da Codevasf, cujo currículo é submetido à apreciação do Conselho de Administração que, se de acordo, encaminha a proposta à Controladoria-Geral da União para avaliação e manifestação.

A unidade executa suas atribuições orientada pelo Regulamento de Auditoria aprovado pelo Conselho de Administração, publicada em abril de 2015, com a sua independência e imparcialidade garantidas pela direção superior da Codevasf. Além disso observa, sempre que cabível, as recomendações previstas nas Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores - ISSAI.

Atualmente, a Codevasf está reestruturando o seu sistema de governança corporativa visando sua adequação aos dispositivos da recente legislação que regulamentou a atuação das empresas estatais, a Lei nº 13.303/2016 que trata do estatuto jurídico das empresas estatais e o respectivo Decreto (8.945/2016) de regulamentação dos dispositivos previstos.

A legislação atende determinação constitucional de que seja votada lei para disciplinar a atuação das empresas estatais, inclusive no que diz respeito à função social e as formas de fiscalização pelo Estado e pela sociedade. Foi criada nos mesmos moldes da Lei de Responsabilidade Fiscal e tem como objetivo dar maior transparência às contas das estatais. Impõe padrões de governança estabelecidos por decisão de Estado, e que não estejam submetidos aos saberes dos interesses de Governos, ou seja, não é admissível que um grupo de empresas tão importante para o desenvolvimento do país não esteja submetido, pela lei, aos mais rigorosos padrões de ética, eficiência e transparência.

A legislação lida com a eficiência e a ética através da implantação de mecanismos obrigatórios nas áreas de:

- i. planejamento institucional
- ii. controles
- iii. prestação de contas (accountability) e transparência
- iv. supervisão de condutas
- v. requisitos para ser administrador de empresa estatal

O quadro abaixo resume as principais iniciativas de reestruturação do sistema de governança corporativa da Codevasf visando o aprimoramento do seu arranjo institucional e em atendimento à legislação aplicável.

Principais iniciativas de reestruturação do sistema de governança corporativa da Codevasf

Iniciativa	Estágio	Observação
1. Elaboração da estratégia de longo prazo e plano de negócios	Concluído	- Aprovados pela Deliberação nº 03/2017 do Conselho de Administração
2. Instituição de comissão interna, transitória e não estatutária, para exercer temporariamente as competências do Comitê de Elegibilidade	Concluído	- Grupo de Trabalho - Decisão nº 054/2017 da Presidência
3. Adequação do Estatuto Social e elaboração do Regimento Interno do Comitê de Auditoria	Em andamento	- Grupo de Trabalho - Decisão nº 1.202/2016 da Presidência
4. Reestruturação organizacional visando atender às exigências com relação a controles internos, gestão de riscos, comitê de auditoria, planejamento estratégico	Em andamento	- Grupo de Trabalho - Decisão nº 1.645/2016 da Presidência
5. Elaboração do Código de Conduta e Integridade e da política de gestão de risco no âmbito da Empresa	Em andamento	- Grupo de Trabalho - Decisão nº 012/2017 da Presidência
6. Elaboração do regulamento interno de licitações e contratos conforme Art. 40 - incisos Ia IV, da Lei nº 13.303/2016	Em andamento	- Grupo de Trabalho - Decisão nº 1.316/2016 da Presidência

No que tange à Gestão de Riscos Corporativos – GRC, a liderança executiva de empresas públicas salvo raras exceções não possui entendimento e familiarização com a temática do risco segundo abordagens estruturadas e mediante emprego de melhores práticas. O risco é compreendido sob o ponto de vista de um ou mais problemas conhecidos ou previsíveis e que potencialmente poderiam interpor dificuldades à execução de planos e programas ou ainda comprometer o êxito de estratégias empresariais concebidas.

Esta constatação demonstra a incapacidade de antecipar eventos de forma previsível, estimada e ainda segundo processos de formulação ampla de cenários prospectivos. Quando o contexto em que a empresa opera é estável e facilmente previsível, pode-se gerenciar sem esforços de antecipação de eventos, mas quando esse contexto começa a apresentar mudanças drásticas e com rapidez, a dificuldade aumenta fortemente comprometendo expectativas e resultando em prejuízos não imaginados. Analogia pode ser concebida para os bons momentos quando o voo é alçado em céu de brigadeiro e em momentos de grandes dificuldades quando voamos sob forte tempestade sem dispor de meios para pilotar por instrumentos.

É por esta razão que tantas empresas operam sob estilos de gestão voltados a executar ações de contingências nas quais os gestores atuam apenas como bombeiros, apagando incêndios sem se comprometer com a identificação das causas ou com

ações preconcebidas para mitigação do risco institucional. Ainda que aceitável em curto prazo, essa atitude não direciona esforços para atingir objetivos de médio e longo prazo.

Em maio de 2016, a Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União – CGPAR, estabeleceu que as Empresas Estatais deverão implementar políticas de Conformidade e Gerenciamento de Riscos adequadas ao seu porte e consistentes com sua natureza e complexidade de suas operações de negócio. O Art. nº 9 da Lei nº 13.303/16 e o Art. nº 32 do Decreto nº 8495/16 discorrem sobre a adoção de regras para estruturas e práticas de gestão de riscos corporativos atribuindo a seus respectivos Conselhos de Administração a responsabilidade por aprovar e supervisionar estas políticas, regramentos e melhores práticas.

A Codevasf não possui ainda um Plano Diretor de Gerenciamento de Risco baseado em cenários prospectivos sobre a mais ampla gama de eventos sob a égide de uma política de riscos formalmente aprovada e amplamente divulgada. A construção de cenários prospectivos é questão chave para uma gestão de riscos eficaz e aprimoramento da governança institucional.

Conceber e avaliar cenários quanto a sua factibilidade e concretude constitui grande desafio para se obter a visão de antecipação. A gestão de riscos concebida de forma alinhada com estratégia é um programa que contempla a análise das informações em tempo real, cruzamento e interpretação de dados das variáveis internas e externas possibilitando a tomada de ações de forma proativa, monitorando o rol de riscos identificados e não só aqueles que constituam a base histórica dos eventos materializados pela ausência de ações mitigadoras e preventivas de forma a superar as vulnerabilidades conhecidas e mensurar a intensidade das ameaças idealizadas.

Estudos e encaminhamentos foram iniciados no decorrer do exercício, objetivando aperfeiçoar os mecanismos de gestão da Empresa por meio de grupos de trabalho para estudo das alternativas e do arranjo institucional mais adequado à Codevasf, para que se façam produzir as ações necessárias e suficientes de forma alinhada à natureza de sua missão de negócio e ainda atender às exigências legais e orientadoras das diferentes instâncias de controle.

Na temática da ética, conduta e integridade, o Governo Executivo Federal promulgou o Decreto 1.171/94 instituindo o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Federal abordando os principais deveres éticos e as vedações a que estão passíveis os agentes públicos.

O Decreto estabeleceu, ainda, que, em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta autárquica e fundacional ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, deverá ser criada uma Comissão de Ética, encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público.

A partir dessa regulamentação, a Codevasf criou em 9 de outubro de 2007, por meio da Decisão nº 756, a Comissão Interna de Ética, representante da Comissão de Ética Pública da Presidência da República (CEP).

Entre as suas atribuições estão:

- I - Atuar como instância consultiva dos dirigentes e servidores;
- II - Aplicar o Código de Ética Profissional do Servidor Público;
- III - Submeter à Comissão de Ética Pública propostas para seu aperfeiçoamento; e IV - Apurar conduta em desacordo com as normas éticas.

Hoje, essa Comissão é composta por três membros titulares e três suplentes, escolhidos entre servidores e empregados do seu quadro permanente, e designados pelo Presidente da Codevasf.

O Código de Ética da Codevasf, instituído em 2008, tem como objetivo estabelecer os princípios e regras que devem presidir as condutas de responsáveis por quaisquer atividades no âmbito da Empresa, primando por uma cultura organizacional que preserve sua reputação. O conteúdo do Código deve ser utilizado por todos, em suas interações provenientes do exercício dos cargos e funções que desempenham independentemente do tipo de vínculo com a empresa.

Em junho de 2016, representantes da Comissão de Ética da Presidência da República (CEP) estiveram na Sede da Codevasf para avaliar a atuação da Empresa. Na reunião, foram apreciados 10 (dez) processos de trabalho, dos quais nove estão em pleno andamento, inclusive, com alguns exemplos que foram levados, pela Comissão a outras instituições

A Controladoria Geral da União (CGU) no exercício de seu papel de órgão controlador e indutor da adoção de melhores práticas, vem solicitando observância e adicionalmente incentivando a adoção de medidas de integridade na ambiência de empresas públicas. A Codevasf elaborou um plano de ação visando o aperfeiçoamento e a adoção de medidas complementares alinhadas a práticas de gestão de riscos, integridade, conformidade e controles internos. Ressalta-se que algumas iniciativas já se encontram em curso de execução enquanto outras estão em fase de estudos e planejamento para sua implantação.

Também formulou um Plano de Ação para com o tema da Integridade, estando este sujeito a avaliação dos órgãos de controle e que ensejará a adoção de medidas complementares para atender aos dispositivos e exigências legais (leis nº 12.846/2013, nº 13.303/2016, Decreto nº 8.420/2015, Portaria CGU nº 909/2015 e Relatório de Avaliação de Integridade em Empresas Estatais nº 20161720/CGU).

A Lei nº 13.303/16 - conhecida como Lei das Estatais - dentre outras recomendações, determina em seu art. 23, §1º, inciso I e II, e também no art. 95, que a empresa pública deverá “apresentar estratégia de longo prazo atualizada com análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os próximos 5 (cinco) anos”. Esta mesma obrigatoriedade está expressa no art. 37 do Decreto 8.945/16, que regulamentou a referida Lei.

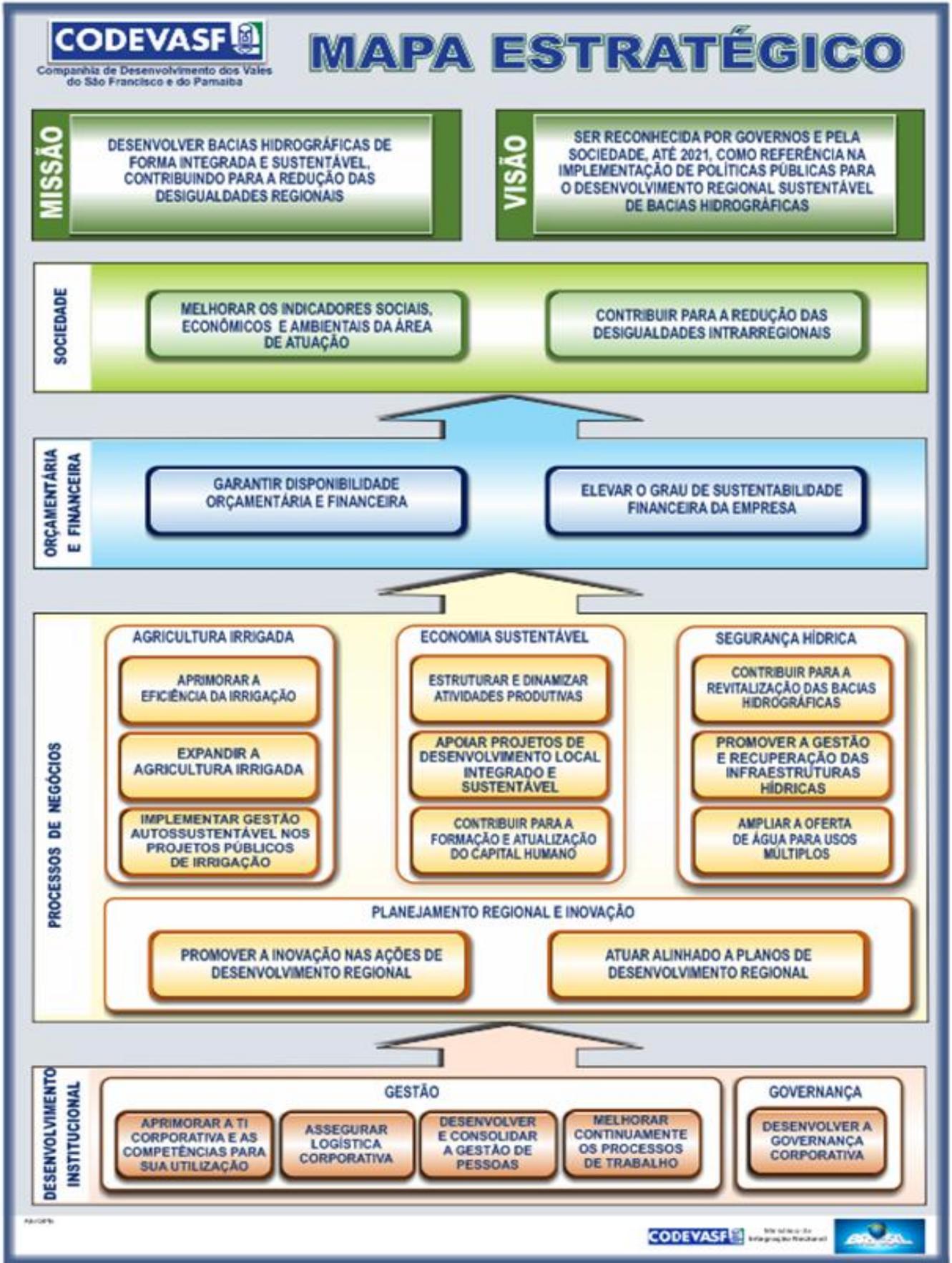
Também com o intuito de promover melhorias na governança e gestão das estatais, a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, editou um conjunto de normativos dentre os quais, para esta temática, destaca-se a Resolução nº 17 que determinou a todas as empresas estatais federais “possuir metas de desempenho empresarial vinculadas a planejamento estratégico”.

Neste sentido, a Codevasf a partir do extenso conjunto de normativos editados por órgãos de controle, visando aperfeiçoar os mecanismos de governança e gestão promoveu a atualização de seus referenciais estratégicos, definindo sua nova missão, visão de futuro e seus valores declarados, conforme evidenciado a seguir.

Missão	Valores
Desenvolver bacias hidrográficas de forma integrada e sustentável contribuindo para redução das desigualdades regionais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Excelência - Empregar as melhores práticas, prover a padronização de métodos e processos e primar pela agilidade na realização do trabalho, com foco na entrega dos resultados dentro dos prazos e com alto grau de qualidade. ▪ Ética - Ter como padrão de conduta ações que busquem a verdade dos fatos, amparadas em honestidade, moralidade, coerência e probidade administrativa. ▪ Valorização dos colaboradores - Valorizar a diversidade de opiniões, estimular a participação no processo decisório, propiciar um ambiente de trabalho saudável e desenvolver o capital intelectual da empresa. ▪ Responsabilidade ambiental - Adotar soluções que devolvam para a sociedade os investimentos realizados de forma comprometida com o meio ambiente. ▪ Foco na sociedade - Gerenciar com vistas ao atendimento regular e contínuo das necessidades dos cidadãos e da sociedade, na condição de sujeitos de direito, beneficiários dos serviços públicos prestados pela Codevasf. ▪ Transparência - Atuar de forma consciente. Com ações pautadas pela publicidade e compartilhamento de informações com todos os interlocutores.
Visão de Futuro	
Ser reconhecida por governos e pela sociedade, até 2021, como referência na implantação de políticas públicas para o desenvolvimento regional sustentável de bacias hidrográficas	

Estes elementos estratégicos constituíram o referencial para a desenho do Planejamento Estratégico Institucional – PEI para o período compreendido entre 2017 e 2021 e ainda para a formulação de seu Plano Anual de Negócios – PAN para o exercício de 2017. Para tanto empregou metodologia fundamentada no Balanced ScoreCard – BSC que culminou na definição de 4 perspectivas – Sociedade, Orçamentária e Financeira, Processo de Negócio e Desenvolvimento Institucional e 20 (vinte) objetivos estratégicos abaixo agrupados segundo temas afetos à sua natureza – Agricultura Irrigada, Economia Sustentável, Segurança Hídrica, Planejamento Regional e Inovação, Gestão e Governança.

Perspectivas	Objetivos Estratégicos Institucionais
EEI01: Sociedade	<ul style="list-style-type: none"> • Contribuir para a redução das desigualdades intra e inter regionais • Melhorar os indicadores sociais, econômicos e ambientais
EEI02: Orçamentária e Financeira	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir disponibilidade orçamentária e financeira • Elevar o grau de sustentabilidade orçamentária da empresa
EEI03: Processos de Negócios	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar a oferta de água para usos múltiplos • Contribuir para a revitalização das bacias hidrográficas • Promover a gestão e recuperação das infraestruturas hídricas • Expandir a agricultura irrigada • Implementar gestão autossustentável dos projetos de irrigação • Aprimorar a eficiência da irrigação • Estruturar e dinamizar atividades produtivas • Apoiar projetos de desenvolvimento local • Atuar com base em planos de desenvolvimento regional e local • Promover a inovação nas ações de desenvolvimento regional • Contribuir para formação e atualização do capital humano
EEI04: Desenvolvimento Institucional	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver a governança corporativa • Melhorar continuamente os processos de trabalho • Aprimorar a TI corporativa e as competências para sua utilização • Desenvolver e consolidar a gestão de pessoas • Assegurar logística corporativa



7.2 Gestão da Tecnologia da Informação

Como desdobramento dos planos formulados, esforços foram concentrados na elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI 2017-2020), e no primeiro Plano Estratégico de TI (PETI 2017-2020), alinhado ao Plano Estratégico Institucional (2017-2021).

I. Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI)

O Plano Estratégico Institucional - PEI foi idealizado para estabelecer objetivos estratégicos e orientações a serem seguidas pela Codevasf, determinando metas a serem cumpridas e mensuradas segundo indicadores de resultados estabelecidos. A tabela abaixo ilustra os objetivos estratégicos alinhados ao PETI que buscou estruturar de forma direta as ações estratégicas, táticas e operacionais por meio de tecnologias que produzam resultados positivos, permitindo assim propiciar suporte ao desenvolvimento sustentável da empresa.

O PETI foi definido com 12 (doze) diretrizes estratégicas de TI que balizam as ações e projetos de Tecnologia da Informação para atingir os seus objetivos estratégicos institucionais, e encontra-se em processo de aprovação pela alta direção.

Item	Objetivos Estratégicos de TI
OTI01	Garantir desenvolvimento de competências na força de trabalho de TI
OTI02	Garantir qualidade e integridade da informação, por meio da estruturação de uma base de conhecimento corporativa
OTI03	Aprimorar o relacionamento com as Unidades Regionais de TI
OTI04	Garantir a estrutura de TI apropriada para as atividades administrativas e finalísticas
OTI05	Aprimorar a Segurança da Informação
OTI06	Aperfeiçoar a Governança de TI
OTI07	Garantir continuidade e disponibilidade dos serviços de TI
OTI08	Implantar modelo de gestão de demandas da área de TI
OTI09	Garantir a gestão e execução dos recursos orçamentários
OTI10	Garantir um percentual de no mínimo 2% do orçamento da CODEVASF para a TI
OTI11	Promover transparência e acessibilidade por meio das soluções de TI
OTI12	Melhorar a entrega e a qualidade dos produtos e serviços de TI por meio da avaliação do nível de satisfação dos usuários

A Tecnologia da Informação como segmento estruturado para suportar os processos finalísticos da Empresa, deverá por sua vez, estruturar seus processos de trabalho de forma alinhada e em estreita harmonia com aos planos de negócios estabelecidos.

O alinhamento do PETI ao PEI foi realizado segundo mapeamento dos objetivos estratégicos do PEI aos objetivos estratégicos de TI segundo relação estabelecida para suportar as linhas de negócio da Empresa conforme mapa abaixo:

Eixos Estratégicos Institucionais		EEI01	EEI02	EEI03	EEI04
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DE TI	Alinhamento Estratégico de TI com os eixos estratégicos institucionais	SOCIEDADE	ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	PROCESSOS DE NEGÓCIOS	DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
OTI01	Garantir desenvolvimento de competências na força de trabalho de TI	•	•	•	•
OTI02	Garantir qualidade e integridade da informação, por meio da estruturação de uma base de conhecimento corporativa	•	•	•	•
OTI03	Aprimorar o relacionamento com as Unidades Regionais de TI				•
OTI04	Garantir a estrutura de TI apropriada para as atividades administrativas e finalísticas	•	•	•	•
OTI05	Aprimorar a Segurança da Informação	•	•	•	•

Eixos Estratégicos Institucionais		EEI01	EEI02	EEI03	EEI04
OTI06	Aperfeiçoar a Governança de TI			•	•
OTI07	Garantir continuidade e disponibilidade dos serviços de TI	•	•	•	•
OTI08	Implantar modelo de gestão de demandas da área de TI	•	•	•	•
OTI09	Garantir a gestão e execução dos recursos orçamentários	•	•	•	•
OTI10	Garantir um percentual de no mínimo 2% do orçamento da CODEVASF para a TI	•	•	•	•
OTI11	Promover transparência e acessibilidade por meio das soluções de TI	•			•
OTI12	Melhorar a entrega e a qualidade dos produtos e serviços de TI por meio da avaliação do nível de satisfação dos usuários	•	•	•	•

II. Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) é um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão que possibilita aplicar recursos de TI, eliminando desperdícios, garantindo o controle, dos serviços prestados ao cidadão. O PETI e o PDTI são instrumentos imprescindíveis e de fundamental importância para a gestão do processo de informatização da Empresa.

III. Informações do Comitê de Tecnologia da Informação (COMTI)

O Comitê de Tecnologia da Informação (COMTI) foi criado pela Decisão nº 1.771, de 13 de dezembro de 2012, sendo composto de representantes de cada Área, Presidência e Superintendências Regionais. Ao COMTI compete formular e conduzir diretrizes para a Política de Governança de Tecnologia da Informação e propor normas e mecanismos institucionais que possibilitem alinhar os investimentos de TI.

IV. Sistemas de Informação da Codevasf

A definição e elaboração da Arquitetura de Software são realizadas por profissionais do quadro da Empresa e a especificação funcional dos requisitos negociais e não negociais. É exigida a transferência de conhecimento dos produtos para não haver ou minimizar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas, que reduz custos de manutenção ou novas funcionalidades, favorecendo agilidade no atendimento de demandas.

A Empresa mantém 27 sistemas de informação em produção ou em desenvolvimento, que permitem o adequado funcionamento das atividades, principalmente das áreas meio.

V. Projetos de TI desenvolvidos no exercício.

No exercício de 2016 foram investidos R\$ 4.445.659,70 na execução de 30 (trinta) projetos de TI, destacando os seguintes:

- desenvolvimento de gestão estratégica para dados dos sistemas Sisjur (Jurídico), Sicob (Cobrança), SGPA (projetos), Sigeo (Orçamentário) e Sigec (Instrumentos);
- desenvolvimento de gestão estratégica de integração das informações de Projetos, Instrumentos, Emendas e Orçamento da empresa em Microstrategy – BI;
- desenvolvimento ou aprimoramento de sistemas (SGPA, Sicob, SGD, Siamp e Sisplan)
- contratação de consultoria para elaboração do PDTI 2017/2020;
- aquisição e atualizações de licenças de software;
- infraestrutura de redes;
- fornecimento e manutenção de equipamentos de informática; e
- prestação de serviço de suporte técnico à sala cofre.

8. Funções Corporativas

8.1 Responsabilidade Social

A Codevasf, atenta à sua missão de “desenvolver Bacias Hidrográficas de forma integrada e sustentável, contribuindo para a redução das desigualdades regionais”, tem buscado executar projetos que resultem em mudanças econômicas e sociais na sua área de atuação, a exemplo do Projeto Amanhã, criado em 1993 pela Codevasf, que tem por objetivo principal promover a inserção de jovens de 14 a 26 anos, por meio da capacitação para o trabalho e da organização cooperativa. No exercício de 2016, foram capacitados 602 jovens em mais de 20 cursos, gerando oportunidades de melhoria na qualidade de vida.

Os Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura e as unidades demonstrativas de Aquicultura da Codevasf tornaram-se referência em atividades como pesquisa e reprodução de peixes para repovoamento do Rio São Francisco e fomento à aquicultura como forma de inclusão produtiva de ribeirinhos e pequenos produtores. Em 2016, foram produzidos cerca de 12 milhões de alevinos destinados à recomposição da ictiofauna, à piscicultura extensiva, à capacitação/piscicultura intensiva e desenvolvimento de pesquisas.

Política de Saúde Interna

A Codevasf possui uma Política de Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT), aprovada pela Resolução n. 729, de 25/6/2010. Esta Política é consubstanciada em um Programa de Qualidade de Vida subdividido em três eixos: 1) Prevenção, 2) Prevenção/Assistência e 3) Assistência. As ações que se destacam pelo maior índice de participação dos empregados são: a ginástica laboral, o EPS, a Semana de Qualidade de Vida, a Campanha de Vacinação e o Programa de Acompanhamento Psicossocial. No exercício de 2016, instituiu-se o benefício da complementação remuneratória para tratamento de saúde.

Política de Segurança do Trabalho

As ações da Codevasf relativas à área de engenharia de segurança e em medicina do trabalho tem a finalidade de promover a saúde e proteger a integridade do empregado no local de trabalho. Como instrumento multiplicador desta política, a empresa conta com a participação das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes – CIPA, a realização da Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho – SIPAT, em todas as superintendências, despertando uma cultura prevencionista em todos os níveis da empresa e com a participação do maior número de colaboradores.

26

8.2 Gestão Ambiental e Sustentável

O Quadro a seguir, denominado Gestão Ambiental, está organizado de forma a se obter panorama geral sobre a adesão da Unidade a práticas que convergem para a sustentabilidade ambiental, mormente no que diz respeito a licitações sustentáveis na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras.

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
01	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?	X	
02	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	X	
03	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
04	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.	X	
05	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?	X	
06	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?	X	
07	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?	X	
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano pode ser acessado. http://www.codevasf.gov.br		-
08	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?	X	
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual os resultados podem ser acessados. http://www.codevasf.gov.br/programas_acoes/acoes-ambientais		Estará disponibilizado a partir de fevereiro.

Considerações Gerais



Em consonância com as orientações da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento (MPOG) dispostos no Decreto nº 7.746/2012 e na Instrução Normativa nº 10/2012 e com a missão institucional da Codevasf de “Promover o Desenvolvimento e a Revitalização das Bacias Hidrográficas e a Revitalização das Bacias Hidrográficas com a Utilização Sustentável dos Recursos Naturais e Estruturação de Atividades Produtivas para a Inclusão Econômica e Social”, a Empresa por meio da Comissão de Implantação do Plano de Gestão de Logística Sustentável - PLS-Codevasf/Sede, realiza a primeira avaliação a partir da implementação das ações constantes no plano.

Visando evidenciar os resultados alcançados e identificando, se necessário, as ações a serem desenvolvidas ou modificadas em 2017, a avaliação teve como “marco zero” o ano de 2015, utilizando como referencial o cronograma de iniciativas, definidos por cada Tema abordado, conforme sugeridos no art. 8º, da IN nº 10/2012.

Visando padronizar e regulamentar os procedimentos de trabalho, estabelecendo diretrizes gerais para composição e funcionamento da citada Comissão, foi elaborado e aprovado o Regimento Interno da Comissão de Implantação do PLS-Codevasf/Sede, por meio da Decisão nº 673/2016. Disponível em: http://www2.codevasf.gov.br/programas_acoes/acoes-ambientais-1/plano-de-gestao-de-logistica-sustentavel-pls-1.

Para alcançar os objetivos e metas contidas no PLS-Codevasf/Sede, além dos Dirigentes, dos empregados e dos colaboradores adotarem conceitos e práticas sustentáveis aplicáveis nas suas ações do seu dia-a-dia no ambiente de trabalho, a Codevasf criou outras 2 (duas) comissões, visando integrar essas práticas: a Comissão de Gestão de Resíduos, instituída na empresa, por meio da Decisão nº 804, em 15 de junho de 2016 e a Comissão de Implantação da Agenda Ambiental da Administração Pública – A3P, instituída na empresa, por meio da Decisão nº 1494/2016, em de 17 de outubro de 2016.

Foram desenvolvidas e amplamente divulgadas nos pontos estratégicos da empresa diversas campanhas temáticas de sensibilização e peças de divulgação (cartazes, banners e pop-ups) associadas aos temas considerados prioritários na empresa como: água, energia elétrica, material de consumo e coleta seletiva.

8.3 Recursos Humanos

O quadro de pessoal da Codevasf foi fixado por meio da Portaria nº 17/2015, do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST, no quantitativo de 1.773 empregados.

Informações de recursos humanos – 2014 a 2016

Força de Trabalho da Codevasf	2014	2015	2016 ⁽¹⁾
Número de Empregados no Término do Exercício	-	-	-
Empregados de Carreira	1.754	1.734	1.721
Empregados Nomeados para Cargos em Comissão	34	34	33
Presidente e Diretores s/ vínculo nomeado pela Presidência da República	2	2	3
Total	1.790	1.770	1.757
Turnover	-	-	-
Quadro de Pessoal ao Final do Exercício	1.790	1.770	1.757
Quantidade de Empregados Desligados ao Final do Exercício	25	38	50
Total	1,40%	2,15%	2,85%
Distribuição Segundo a Localização Geográfica	-	-	-
Sede - Brasília/DF	477	463	468
1ª Superintendência Regional – Montes Claros/MG	194	188	193
2ª Superintendência Regional - Bom Jesus da Lapa/BA	158	150	150
3ª Superintendência Regional - Petrolina/PE	180	178	178
4ª Superintendência Regional - Aracaju/SE	200	200	198
5ª Superintendência Regional - Penedo/AL	185	179	176
6ª Superintendência Regional - Juazeiro/BA	163	166	160
7ª Superintendência Regional - Teresina/PI	108	103	104
8ª Superintendência Regional - São Luís/MA	34	32	34
Cedidos e/ou Em Afastamento	91	111	96
Total	1.790	1.770	1.757
Nível Educacional	-	-	-
Empregados com Doutorado	11	11	12
Empregados com Mestrado	89	87	85
Empregados com Pós-Graduação	397	398	400

Força de Trabalho da Codevasf	2014	2015	2016 ⁽¹⁾
Empregados com Graduação	609	626	627
Empregados com Formação até Ensino Médio Completo	684	648	633
Total	1.790	1.770	1.757
Capacitações	-	-	-
Participações em Ações de Capacitação	609	539	945
Treinamentos Realizados	121	198	206
Total de Empregados Capacitados	593	354	451
Previdência Complementar (Fundação S. Francisco de Seguridade Social)⁽²⁾	-	-	-
Participantes Ativos	1.089	1.049	1.011
Participantes Assistidos (aposentados)	636	626	611
Participantes Assistidos (pensionistas)	229	239	253
Contribuição Patronal da Codevasf (patrocinadora)	R\$ 14,9 mi	R\$ 15,1 mi	R\$18,9 mi
Contribuição dos Participantes	R\$ 16,9 mi	R\$ 18,9 mi	R\$23,5 mi

Fonte: Sistema Mentorh e ⁽²⁾ Fundação São Francisco de Seguridade Social (31-12-2016)

8.4 Relacionamento e transparência

A Codevasf, como entidade pública, presta diversos serviços à sociedade, os quais estão sujeitos a padrões de qualidade, celeridade e eficiência próprias da ordem democrática. O principal canal de acesso ao cidadão na empresa é a Ouvidoria, unidade administrativa subordinada a Presidência da Codevasf, localizada na sede da empresa, que recebe solicitações, reclamações, denúncias, bem como sugestões a respeito dos serviços prestados pela Empresa em toda sua área de atuação.

Canais de Atendimento
<p>1) Atendimento Telefônico</p> <p>Serviço de atendimento gratuito ideal para situações em que o usuário precisa de uma resposta simples e direta. Disponível de 2ª a 6ª (exceto feriados), das 08h30min às 17h30min. Para acessar este serviço, disque: 0800 610021 ou atendimento telefônico: (61) 2028-4610/4480.</p>
<p>2) Formulário Eletrônico</p> <p>Canal adequado para a manifestação de dúvidas, reclamações, sugestões, elogios e denúncias. O acesso ao formulário: http://www.codevasf.gov.br/principal/acesso-a-informacao/ouvidoria#FORMULARIO</p>
<p>3) Serviço de Acesso à Informação</p> <p>Desde a publicação da Lei 12.527, de novembro de 2011, o cidadão tem à sua disposição, no sítio da Codevasf, a seção denominada Acesso à Informação, em que são publicadas diversas informações sobre as atividades desempenhadas pela empresa.</p>
<p>4) Correspondência</p> <p>Reclamações, denúncias, sugestões, solicitações ou elogios sobre os serviços prestados pela Codevasf também podem ser encaminhados por correspondência para o seguinte endereço: SGAN 601, Conjunto I, sala 418, Ed. Manoel Novaes Brasília/DF - CEP: 70.830-019 A resposta da Ouvidoria poderá ser remetida nas seguintes formas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Endereço postal fornecido; 2. Endereço de correio eletrônico (e-mail).
<p>5) Atendimento Presencial</p> <p>O cidadão poderá agendar uma conversa pessoal com a Ouvidora da Codevasf, em Brasília. Para tanto, é necessário ligar para 0800 610021 de 2ª a 6ª feira (exceto feriados), das 08h30min às 17h30min, informar nome completo, número de telefone ou endereço de correio eletrônico (e-mail).</p>
<p>6) Caixa de Comunicação (Urna)</p> <p>Também poderão se manifestar por meio da Caixa de Comunicação instalada na entrada do edifício sede: SGAN 601, Conjunto I, térreo, Ed. Manoel Novaes Brasília/DF - CEP: 70.830-019</p>

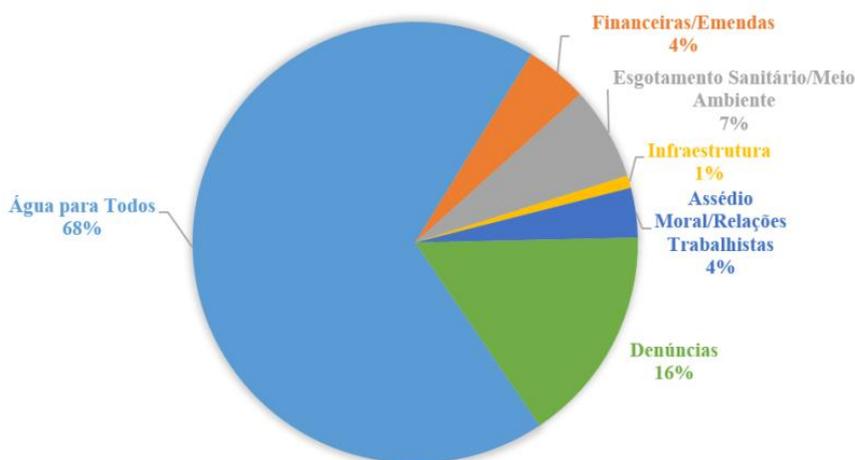
No exercício de 2016, foram registradas pela Ouvidoria 639 ocorrências distribuídas entre as tipologias da tabela abaixo, incluindo 73 requerimentos de informação respondidos no prazo médio de 11 (onze) dias. As demandas se concentram nos temas de Governo/Política, representando mais de 56 % das solicitações.

Tabela de demandas recepcionadas – Comparativo 2014 a 2016

Tipo de Demanda	Quantidade		
	2014	2015	2016
1. Pedido de Informação	1.652	75	73
2. Reclamação	21	59	32
3. Solicitação	272	415	150
4. Elogio	1	0	1
5. Sugestão	1	1	5
6. Denúncia	13	42	35
7. Outras Situações	275	120	343
Total ano	2.235	712	639

Fonte: Relatório da Ouvidoria - Extração em 31-12-2016

Gráfico - Demandas frequentes em 2016



A **Carta de Serviços ao Cidadão** é um importante instrumento de gestão que visa promover a implementação de políticas administrativas destinadas a aperfeiçoar as atividades desenvolvidas e os serviços prestados ao cidadão.

A “Carta de Serviços ao Cidadão” da Codevasf, aprovada pela Resolução nº 738, de 17 de novembro de 2016, tem como objetivo informar ao cidadão dos serviços prestados pela empresa, da forma como acessá-los e dos compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público, estando disponível no site (<http://www.codevasf.gov.br>).

9. Prêmios e Reconhecimentos



A Codevasf aderiu à Agenda Ambiental da Administração Pública – A3P, em 3 de outubro de 2016, com a assinatura do Termo de Adesão, que firma o comprometimento da instituição com a agenda socioambiental e a gestão transparente. A A3P é um programa do Ministério do Meio Ambiente – MMA bastante apreciado hoje, cuja finalidade é promover a responsabilidade socioambiental e a adoção

de procedimentos, referenciais de sustentabilidade e critérios socioambientais nas atividades do setor público.

Em reconhecimento, o MMA concedeu Selo Verde da A3P à Codevasf, que certifica a adesão formal ao Programa referente ao período de 2016 a 2021. O selo de sustentabilidade da A3P é composto por três categorias independentes: o Selo Verde, o Selo Prata e o Selo Laranja. Com o selo verde garantido, a Codevasf vem trabalhando para conquistar a próxima categoria.

Para implantação da A3P na Empresa, o primeiro passo realizado foi a criação da Comissão Gestora, por meio da Decisão nº 1.494, de 17 de outubro de 2016, encarregada de sensibilizar os gestores sobre a importância da implantação do programa e fazer o planejamento, implantação e monitoramento das ações.

10. Perspectivas e Planos para o Exercício em Curso e os Futuros

10.1 Diretrizes Gerais e Perspectivas Futuras

Diretrizes são postulados que orientam a organização a estabelecer o foco de atuação no alcance da sua estratégia. A Codevasf busca promover seu desenvolvimento institucional sustentável, aprimorando o nível dos serviços prestados à sociedade.

As diretrizes estabelecidas para o exercício de 2016, elencadas por tema, buscaram promover o desenvolvimento institucional sustentável para a Codevasf, objetivando aprimorar o nível dos serviços prestados à sociedade. Concebidas a partir de levantamentos e diagnósticos disponíveis, primaram por sanar problemas e dificuldades conhecidas e vivenciadas pela Empresa na execução de sua missão corporativa.

O quadro abaixo resume as principais diretrizes a serem seguidas no exercício corrente e em continuidade a exercícios futuros segundo cada tema:

TEMA	DIRETRIZ CORPORATIVA
Governança e Gestão corporativa	<ul style="list-style-type: none"> • Aperfeiçoar os instrumentos de planejamento, monitoramento, controle interno e avaliação visando ampliar a transparência e eficácia organizacional; • Estabelecer uma política de alçada alinhada aos instrumentos normativos e organizacionais vigentes. • Estabelecer programa de gestão corporativa continuada e focado em técnicas de gerenciamento de projetos e processos críticos de trabalho; • Racionalizar o emprego da força tarefa disponível na empresa mediante o estabelecimento de programa continuado de realocação com ênfase nas demandas resultantes do programa anual de trabalho estabelecido; • Implantar métodos e técnicas de gerenciamento de projetos com ênfase na área de conhecimento direcionada a gestão de riscos; • Implantar programa de capacitação continuada para aperfeiçoar o corpo técnico e gestor da Empresa no cumprimento das linhas de negócio estabelecidas.
Resultados	<ul style="list-style-type: none"> • Priorizar investimentos que gerem maior impacto socioeconômico no curto prazo com possibilidades de conclusão maximizadas; e • Estabelecer instrumentos e mecanismos para dar publicidade aos resultados institucionais com foco no balanço social.
Irrigação	<ul style="list-style-type: none"> • Aperfeiçoar os modelos de transferência de gestão de projetos públicos de irrigação de forma a prover efetividade e celeridade; e • Firmar parcerias com entes públicos e privados que visem construir ações conjuntas para maximizar a disponibilidade hídrica nos empreendimentos operados pela empresa mediante racionalização e uso múltiplo da água.
Revitalização de Bacias Hidrográficas	<ul style="list-style-type: none"> • Priorizar e ampliar as ações para revitalização da bacia hidrográfica do Rio São Francisco, com ênfase na recuperação hidro ambiental e garantia da disponibilidade hídrica em empreendimentos operados pela empresa.
Estruturação de atividades produtivas	<ul style="list-style-type: none"> • Firmar parcerias com entidades de fomento e apoio ao pequeno produtor; • Prospectar recursos e maximizar ações para captar investimentos direcionados ao setor produtivo em especial para com as iniciativas voltadas a Arranjos Produtivos Locais;
Oferta de água e Acesso à água potável (Programa Água para Todos)	<ul style="list-style-type: none"> • Fomentar o envolvimento dos governos estaduais, municipais e demais entidades representativas como forma de garantir a continuidade das iniciativas e ações realizadas pela empresa na forma de empreendimentos; • Firmar parcerias com órgãos e instituições de meio ambiente que atuam na mesma área da Codevasf, evitando sobreposição de ações e racionalizando o emprego de recursos; e • Formalizar comprometimento das prefeituras com a continuidade das ações de cunho social desenvolvidas pela empresa.
PISF	<ul style="list-style-type: none"> • Concluir os trabalhos preparativos para a operação do projeto PISF e instrumentos de gestão aplicáveis; • Viabilizar a operação do projeto com sustentabilidade financeira de forma a minimizar a operação do sistema de forma dependente do tesouro; • Fortalecer a articulação com o empreendedor da obra (MI) e estados beneficiados em regime de parceria e segundo a conciliação de interesses.
Emendas Parlamentares	<ul style="list-style-type: none"> • Prover articulação política junto à base parlamentar no congresso, visando alinhar a destinação dos recursos de emendas aos projetos e ações integrantes do portfólio da empresa; • Priorizar a execução direta das emendas; e

TEMA	DIRETRIZ CORPORATIVA
	<ul style="list-style-type: none"> • Prover mecanismos e estratégias de divulgação da missão institucional da Codevasf de forma a maximizar a captação de recursos de emendas parlamentares, alinhadas aos objetivos e estratégias da Empresa.
Responsabilidade Socioambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Prover a perenização dos projetos e ações de cunho social mediante implantação de programas continuados com foco no Projeto Amanhã; • Prover ampla divulgação dos resultados e iniciativas exitosas de programas de cunho social do interesse da Codevasf;
Licenciamento Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Regularizar o passivo ambiental da empresa mediante o estabelecimento de parcerias com entes públicos estaduais e federais.
Planejamento e Controle Interno	<ul style="list-style-type: none"> • Fornecer suporte organizacional ao emprego de métodos e técnicas orientadas a gestão corporativa; • Estabelecer sistemática de monitoramento e controle evolutivo dos projetos e ações da empresa de forma integrada e com foco em resultados; • Alinhar os normativos da empresa internalizando política de alçada e melhores práticas de governança para aprovação de instrumentos de planejamento e controle; • Implantar mecanismos de governança seguindo orientações de órgãos de controle.
Gestão de Processos	<ul style="list-style-type: none"> • Executar iniciativas e ações para melhoria contínua de processos críticos de trabalho mediante identificação, análise, desenho, padronização, automação e avaliação.

O cenário econômico e político-social brasileiro do exercício não permitiu que as diretrizes estabelecidas fossem alcançadas em sua plenitude, tendo em vista que:

- Houve forte impacto do contingenciamento orçamentário comprometendo o volume dos resultados idealizados para a Codevasf.
- As sucessivas ampliações da área de atuação da Empresa não foram seguidas pelo necessário acréscimo no volume de recursos disponibilizados à Empresa.
- Pressões político-sociais no sentido de prover “entregas rápidas” independente da capacidade de implementação e das possibilidades da Empresa em atendê-las aliado a ausência de planejamento formalizado e institucionalizado.
- Falta de priorização das iniciativas da melhoria da governança e gestão.
- Instabilidade institucional, marcada pela descontinuidade administrativa provocada pelo ambiente político do Governo Federal nos últimos anos (alterações na alta gestão da empresa, resultando em revisões contínuas nas estratégias implementadas).

Diante de tal cenário e visando atendimento a legislação aplicável, em especial quanto a Lei nº 13.303/2016 e Decreto nº 8.945/2016, a Codevasf elaborou ao final daquele exercício e com a utilização de equipe técnica interna, designada por Decisão da Presidência, seu Planejamento Estratégico Institucional para o período 2017 – 2021.

O trabalho desenvolvido avaliou a atuação da Organização, identificando competências, vulnerabilidades, ameaças e oportunidades. A análise estruturada dessas informações orientou o estabelecimento de perspectivas, objetivos e metas estratégicas, a serem seguidas para o aprimoramento de sua Missão e alcance da Visão de Futuro.

As diretrizes do Planejamento Estratégico Institucional estabelecem direcionamentos objetivando sanar problemas e dificuldades conhecidas, vivenciadas pela empresa na execução de sua missão corporativa:

- Promover a excelência na governança e gestão organizacional com base na economicidade, eficácia, eficiência e efetividade.
- Priorizar a alocação de recursos em regiões prioritárias definidas na Política Nacional de Desenvolvimento Regional.
- Elevar a arrecadação de receita própria a partir da prestação de serviços técnicos especializados.
- Promover a geração contínua de informações qualificadas para orientar estratégias de desenvolvimento regional sustentável e contribuir para as políticas públicas.
- Incentivar a atração de investimentos privados como instrumento de viabilização de empreendimentos.
- Liderar o processo de articulação institucional para o desenvolvimento das regiões onde atua.
- Implementar empreendimentos e apoiar ações com foco na competitividade e autos-sustentabilidade.
- Atuar de forma alinhada com planos de desenvolvimento regional integrados e de recursos hídricos das bacias hidrográficas.

10.2 Lei Orçamentária Anual – Loa 2017

O orçamento previsto para o ano de 2017 apresentou acréscimo de 31,8% em comparação a 2016, devido em parte ao aumento de emendas parlamentares, principalmente no Programa 2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial.

Quadro comparativo valores LOA 2017 e LOA 2016

(Valores R\$ Milhões)

Programa	Loa - Exercícios		Diferença 2017 x 2016	Diferença em relação à 2016
	2016	2017		
2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial	216,4	458,3	241,9	112%
2044 - Promoção dos Direitos da Juventude	0,4	0,2	-0,2	-54%
2052 - Pesca e Aquicultura	1,4	5,4	4,0	287%
2068 - Saneamento Básico	52,7	58,7	6,0	11%
2069 - Segurança Alimentar e Nutricional	0,00	2,7	2,7	-
2077 - Agropecuária Sustentável	107,6	111,1	3,5	3%
2084 - Recursos Hídricos	126,4	104,0	-22,4	-18%
2111 - Programa de Gestão e Manutenção do MI	411,3	470,9	59,6	14%
0901 – Op. Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	9,2	8,5	-0,7	-8%
TOTAIS	925,4	1.219,8	294,4	32%

Fonte: Tesouro Gerencial – 31-12-2016 (Unidade de Programação Orçamentária – AE/GGO/UPO)

10.3 Plano de Negócios da Empresa – PAN

O Plano Anual de Negócios - PAN é o desdobramento nos níveis tático e operacional das iniciativas e ações idealizadas no Plano Estratégico Institucionais – PEI. Seu objetivo principal é fornecer direcionamento comum para atingir a missão do órgão, garantindo alinhamento e oferecendo meios para medição do sucesso da estratégia de modo focado.

O PAN conecta a estratégia de longo prazo com o planejamento tático e com os planos operativos setoriais. Diante das rápidas e constantes mudanças vivenciadas por cenários empresariais, a preocupação com as ações a serem executadas em exercícios fiscais torna-se fundamental para demonstrar as vantagens e melhorias que o órgão público está trazendo para a sociedade a cada ano.

Quadro - Plano Anual de Negócios (PAN) para o exercício de 2017

PERSPECTIVA	AÇÃO
Desenvolvimento institucional	Aprimorar a TI corporativa e as competências para sua utilização
	Assegurar logística corporativa
	Desenvolver a governança corporativa
	Desenvolver e consolidar a gestão de pessoas
	Fortalecer a Gestão Ambiental da Codevasf
	Fortalecer as ações de Responsabilidade Socioambiental
	Melhorar continuamente os processos de trabalho
Orçamentária e financeira	Elevar o grau de sustentabilidade financeira da empresa
	Garantir disponibilidade orçamentária e financeira
	Ampliar a oferta de água para usos múltiplos
	Apoiar projetos de desenvolvimento local integrado e sustentável
	Aprimorar a eficiência da irrigação
	Atuar alinhado a planos de desenvolvimento regional
Processos de Negócio	Contribuir para a revitalização das Bacias Hidrográficas
	Contribuir para ampliar o acesso à água para consumo humano para a população pobre no meio rural
	Estruturar e dinamizar atividades produtivas
	Expandir a agricultura irrigada
	Implementar gestão autossustentável nos projetos públicos de irrigação
	Contribuir para formação e atualização do capital humano
Sociedade	Promover a gestão e recuperação de infraestruturas hídricas
	Contribuir para a redução das desigualdades intra-regionais
	Melhorar os indicadores sociais, econômicos e ambientais da área de atuação

11. Auditores Independentes

A Codevasf teve como Auditor Independente a Empresa Grupo Maciel – Auditoria, Consultoria, Perícia e Assessoria, com registro no CRC RS sob nº 005460/0-O. O objeto do contrato foi a prestação de serviços de auditoria independente o exame das Demonstrações Financeiras da Companhia e o assessoramento sobre as alterações da Lei 6.404/1976, no valor atualizado de R\$ 29.900,22.

Em cumprimento à Instrução CVM nº 381, de 14/01/03, informamos que no último exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, os auditores independentes da Companhia exerceram tão somente os serviços contratados de auditoria contábil externa e não receberam quaisquer outros valores a título de prestação de outros serviços.

12. Análise Financeira

A Codevasf registrou prejuízo de R\$ 519,92 milhões no exercício 2016, que representa redução em torno de 52% em comparação ao exercício anterior em função do faturamento de titulação de lotes e da tarifa infraestrutura de irrigação ter ocorrido nos 12 (doze) meses, enquanto em 2015 aconteceu apenas durante 4 (quatro) meses, de acordo com a Portaria Ministerial nº 314, de 28 de agosto de 2014, do Ministério da Integração Nacional, que determinou a suspensão de exigibilidade dos débitos, bem como mudança de critérios em decorrência da implantação do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, que até o exercício 2014 tinha enfoque orçamentário e a partir do exercício 2015, o enfoque passou a ser patrimonial, provocando várias reclassificações.

Em 2016, a escrituração dos atos e fatos foram realizados em conformidade com as novas práticas contábeis adotadas.

Quadro de indicadores contábeis - Exercício 2016 / 2015

R\$ milhões

Resultados	2016	2015	(Var %)
Receita Operacional Bruta	42,75	16,63	156,99%
Receita Operacional Líquida	42,75	16,63	156,99%
Lucro Bruto	42,75	16,63	156,99%
Despesas Operacionais	-1.024	-1.718	-40,40%
Outras Receitas Operacionais	461,00	617,00	-25,28%
Resultado Operacional	-519,92	-1.085,05	-52,08%
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-519,92	-1.085,05	-52,08%
Margens (%)			
Margem Bruta	100%	100%	0,00%
Margem Operacional	-1.216,27	-6.523,17%	-81,35%
Margem Líquida	-1.216,27	-6.523,17%	-81,35%
Indicadores Financeiros (R\$ milhões)			
Ativo total	2.142,47	1.888,67	13,44%
Passivo total	4.631,24	3.878,64	19,40%
Patrimônio Líquido	-2.488,77	-1.989,98	25,07%
Indicadores de produtividade			
Funcionários (nº)	1.769,00	1.738,00	1,78%
Lucro Líquido por funcionário (R\$ mil)	-293,91	-517,02	-43,15%
Ativo por funcionário (R\$ mil)	1.211,12	1.086,69	11,45%

Fonte: Relatórios de Demonstrações contábeis – 31-12-2016 (AA/GCB)

13. Agradecimentos

Diante das conquistas alcançadas em 2016, a Administração da Empresa agradece especialmente a todos os empregados, cuja dedicação foi determinante na consolidação da Codevasf como indutora do desenvolvimento regional sustentável. Também agradecemos aos dirigentes e técnicos das instituições parceiras, em especial aos do Ministério da Integração Nacional, pela confiança depositada na Companhia.

A trajetória de sucesso que vem sendo trilhada pela Codevasf é decorrente da união de esforços e da crença de que nossas ações contribuem para o desenvolvimento socioeconômico das regiões mais necessitadas, no sentido de convergir com as diretrizes da Constituição Federal: Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Copyright© 2017, Codevasf

Permitida a reprodução, parcial ou total, por qualquer meio, se citados a fonte e o sítio da Internet no qual pode ser encontrado o original.

Disponível em: <http://www2.codevasf.gov.br/empresa/relatorio-anual-da-administracao>

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf

SGAN - Quadra 601, Conjunto I, Asa Norte

Edifício Deputado Manoel Novaes

CEP: 70.830-019 - Brasília - DF

Telefone: (61) 2028-4611 / 4640

Fax: (61) 2028-4726

www.codevasf.gov.br

Ouvidoria da Codevasf: (61) 2028-4610

e-mail: ouvidoria@codevasf.gov.br

Responsável pela elaboração e publicação

Gerência de Planejamento e Estudos Estratégicos: Tadeu Marcos Fortes Leite

Equipe técnica

Carla Roberta Alves dos Santos

Fernando de Oliveira

Márcio Jânderson Guedes de Carvalho

Margareth Viana

Walber Santana Santos

Normalização: Biblioteca Geraldo Rocha

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C737r

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba.

Relatório Anual da Administração 2016 / Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. - Brasília : Codevasf, 2017.

33 f. : il.

1. Relatório de administração. 2. Codevasf. I. Título.

CDU 005"2017"(047.32)

Presidente da República

Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministro de Estado da Integração Nacional

Helder Zahluth Barbalho

CODEVASF

Conselho de Administração

Presidente

Carlos Antônio Vieira Fernandes - *Representante MI*

Conselheiros

Kênia Rêgia Anasenko Marcelino – Presidente da *Codevasf*

Simeão Estelita Sá de Oliveira – *Representante MP*

Herbert Drummond - *Representante MT*

Ana Arminda Souza Regis – *Representante MAPA*

Domingos Romeu Andreatta – *Representante MME*

Antenor Ferreira Leite – *Representante dos empregados*

Conselho Fiscal

Rodrigo Mendes de Mendes (Titular) – *Representante MI*

Oswaldo Garcia (Suplente) – *Representante MI*

Lilian Maria Cordeiro (Titular) – *Representante STN/MF*

Diego Rodrigues Boente (Suplente) – *Representante STN/MF*

José Rodrigues Pinheiro Dória (Titular) – *Representante MI*

Paulo Roberto Vanderlei Rebello Filho (Suplente) – *Representante MI*

Diretoria

Presidente

Kênia Rêgia Anasenko Marcelino

Diretores

Diretor da Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura

Marco Aurélio Ayres Diniz

Diretor da Área de Gestão dos Empreendimentos de Irrigação

Luís Napoleão Casado Arnaud Neto

Diretor da Área de Revitalização das Bacias Hidrográficas

Inaldo Pereira Guerra Neto

Gerentes-Executivos

Gerente-Executivo da Área de Gestão Administrativa e Suporte Logístico

Ionara Oliveira Cardoso Oliveira Cruz

Gerente-Executivo da Área de Gestão Estratégica

Sérgio Paulo de Miranda

Superintendentes Regionais

Aldimar Rodrigues Filho 1ª SR (MG)

Harley Xavier Nascimento 2ª SR (BA)

Aurivalter Cordeiro Pereira da Silva 3ª SR (PE)

Cesar Fonseca Mandarino 4ª SR (SE)

Antônio Néelson Oliveira de Azevedo 5ª SR (AL)

Misael Aguilar Silva Neto 6ª SR (BA)

Fábio André Freire Miranda 7ª SR (PI)

João Francisco Jones Forte Braga 8ª SR (MA)